



BRASIL URGENTE



ECONOMIA

*Dívida externa
Inflação
Política salarial
Política industrial
Empresas estatais
Sistema financeiro
Energia*

LULA PRESIDENTE

MUDAR O BRASIL

Este fascículo é o primeiro de uma série que resume o trabalho feito nos últimos meses por militantes e simpatizantes da Frente Brasil Popular. É mais uma etapa de uma longa jornada, iniciada com a formação de grupos temáticos que estudaram em profundidade as questões nacionais. O assunto 'economia' abre a série, que se desdobra em seguida em fascículos que tratam especificamente do campo, das cidades, do Estado e da sociedade. Educação, saúde, modelos agrário e agrícola, habitação, meio ambiente, democracia e cultura são alguns dos cerca de 30 temas a serem abordados.

Quero, em primeiro lugar, agradecer a todos os que tornaram esta iniciativa possível. Muita discussão houve para estabelecer diagnósticos precisos e fazer convergir as interpretações. Foi preciso sistematizar dados e idéias de múltiplas fontes, para chegar a um projeto abrangente, coerente e viável. Melhor assim, construindo passo a passo a nossa proposta. Melhor assim, trabalho coletivo. Não sou candidato de mim mesmo e não há lugar para improvisação quando se mexe com o destino de milhões de pessoas.

Uma radiografia do país aparecerá ao longo da série, oferecendo rico material para estudo. Façam bom uso dele os partidos políticos, que têm obrigação de formar milhares de militantes instruídos nas questões nacionais; os movimentos sociais; que para renovar sua luta necessitam do oxigênio fornecido pela informação precisa; e todos os cidadãos brasileiros, que desejam entender o porquê da crise e precisam encontrar um caminho novo.

Tenho andado por todos os estados. Vejo como, em meio às dificuldades do país, se comportam os homens e mulheres do povo. Fazem hora extra e biscate. Esforçam-se para construir mais um cômodo e acomodar melhor a família que cresce. Aguardam notícias dos parentes que viajaram para muito longe, equipados com a simples coragem de trabalhar, como fizeram meus pais quando eu era criança. Vêem, desapontados, seus filhos fora da escola para ajudar no orçamento. Adiam a compra de uma bicicleta ou de um aparelho de rádio e se esforçam para que a comida não falte. Mas não perdem a alegria de viver e têm, represada, uma esperança que é a nossa esperança.

Que diferença em relação às elites! Vivendo em ambientes onde o egoísmo é a regra, são tão ricas quanto as mais ricas elites do mundo. Mas perderam-se num caminho sem volta, de especulação e desinteresse pelo próprio país. A taxa de juros, o preço do dólar, a negociata esperta, o subsídio estatal é este o seu universo. Não têm solidariedade e sequer se dão conta disso. Aumentar os números de gordas contas bancárias, aqui e no exterior, é o que confere sentido a seus atos e forma a base de seus valores morais.

Não há futuro para o Brasil se a energia do povo (e a alegria que vem junto com ela) não puder se expressar livremente. Se me pedissem para resumir numa frase o sentido do nosso programa, eu diria: reorganizar a sociedade brasileira, conferindo o papel de direção àqueles que vivem no mundo do trabalho e da cultura. É uma proposta radical, mas é também muito ampla. Professores, operários, médicos,

artistas, homens e mulheres do campo, escritores, seringueiros, jornalistas, pescadores, pequenos proprietários, engenheiros e todas as demais pessoas que, como estas, com seu trabalho, constroem o presente - destas tem que ser o futuro. Não podemos imaginar o Brasil sem eles e não queremos mais o Brasil contra eles. É esse o grande recado do Partido dos Trabalhadores (PT), que formou a Frente Brasil Popular com os partidos Socialista Brasileiro (PSB) e Comunista do Brasil (PCdoB), para ganhar, governar e mudar.

Luiz Inácio Lula da Silva

AGIOTAGEM INTERNACIONAL

A dívida externa ocupa uma posição central na crise econômica do nosso país. Entre 1980 e 1988, o Brasil pagou 132 bilhões de dólares ao exterior, sendo 87 bilhões só de juros. Dependendo do ano, os pagamentos consumiram de 50 a 102% do valor das nossas exportações. Mas a dívida, em vez de diminuir, quase dobrou, atingindo 112,3 bilhões de dólares, sem entrada de recursos novos em quantidade significativa. Em 1988, ela nos custou o equivalente a 6,2% do nosso produto interno bruto (PIB).

Não há precedentes para uma sangria desse porte imposta a um país qualquer. Até aqui, o exemplo mais dramático a esse respeito era o da Alemanha na década de 1920. As potências vencedoras da Primeira Guerra Mundial obrigaram esse país a pagar, por ano, um montante fixo de dois bilhões de dólares e mais 26% do valor de suas exportações, até somar 33 bilhões, valor estabelecido para o total da dívida. Essas reparações de guerra, consideradas duríssimas, impunham na prática o envio, para o exterior, de uma soma equivalente a 6% do produto interno alemão. As conseqüências foram dramáticas: hiperinflação e uma crise que destruiu a República, criando as condições para a ascensão do nacionalismo revanchista e militarista representado pelo nazismo. Até suspender os pagamentos em 1931, a Alemanha pagou 8,5 bilhões de dólares, mas recebeu cerca do dobro deste valor em empréstimos concedidos depois de 1924.

É chocante a comparação que se possa fazer. O Brasil, que não deflagrou nem perdeu nenhuma guerra mundial, se vê diante de exigências de pagamentos externos muito mais duras: transferiu nesta década, anualmente, uma média de 4,5% de tudo o que produziu apenas para pagar juros de uma dívida que cresce e se eterniza. Hoje, ela impede a retomada do crescimento, condena à miséria milhões de pessoas e pode contribuir, em prazo não muito longo, para que também entre nós se instale um processo hiperinflacionário. O quadro é semelhante em outros países da América Latina. Nesta década, na média do continente a produção por habitante caiu 6,5% e a inflação disparou. Como chegamos neste ponto?

Ano	Dívida (US\$ bilhões)	% do PIB	Dívida por habitante (US\$)
1970	5,4	11,0	57,1
1980	64,2	26,7	529,6
1981	73,9	27,7	596,0
1982	85,3	31,8	672,0
1983	93,5	45,7	720,7
1984	102,0	48,2	769,5
1985	105,0	46,3	775,2
1986	111,0	40,0	801,6
1987	114,1	40,0	809,5

Fig. 1. Evolução da dívida externa brasileira, sua relação com o produto interno bruto (PIB) e dívida por habitante em anos selecionados. Entre 1960 e 1970 a dívida cresceu pouco: de 3,1 para 5,4 bilhões de dólares. Mas já em 1980 ela alcançava 64,2 bilhões. Note-se que, apesar do dramático esforço de 'ajustamento' da economia brasileira e do envio de bilhões de dólares para pagamentos de juros, a dívida tende a permanecer patamares muito altos, tanto em termos absolutos como em termos de sua relação com o PIB e a população. Ela equivale hoje a uma parcela enorme de nossa renda nacional. Não é difícil perceber que se as taxas de juro forem fixadas em, por exemplo, 10% ao ano e se nossa economia crescer a 4%, o serviço da dívida absorve todo o crescimento.

Fonte: Relatórios anuais do Banco Central, citados por Marcos Arruda em *Prometeu acorrentado*.

O SALTO PARA A CRISE

Em 1964, o recém-implantado governo militar brasileiro encontrou uma dívida pequena, mantida estável havia vários anos em torno de 3,1 bilhões de dólares. No período imediatamente seguinte, o crescimento não foi expressivo. Na década de 1970, porém, o sistema financeiro internacional se viu diante da necessidade de reciclar o excesso de dólares então concentrados nos países exportadores de petróleo e que não encontravam aplicações rentáveis. A fome dos bancos casou-se com a vontade de comer demonstrada pela ditadura brasileira. Como mostra a figura 1, a partir do início dos anos 80 o patamar histórico da dívida já havia sido substancialmente alterado.

Até 1984 o governo brasileiro e empresas privadas tomaram emprestado cerca de 134 bilhões de dólares, incluindo-se neste valor quantias destinadas a pagar empréstimos anteriores, muita especulação interbancária e operações realizadas entre matrizes e filiais de multinacionais aqui instaladas. Na verdade, pouca gente se endividou diretamente: apenas dez grandes empresas privadas, por exemplo, foram responsáveis por cerca de 16% do endividamento total do país nesse período. Cerca de 70% do total dos empréstimos feitos pelo setor privado concentraram-se em menos de cem grandes grupos econômicos.

Ano	Taxa (%)	Ano	Taxa (%)
1974	6,0	1980	14,2
1975	7,6	1981	16,6
1976	6,1	1982	17,2
1977	6,4	1983	19,5
1978	9,4	1984	14,0

Fig. 2. Evolução das taxas de juros no mercado internacional. No auge do endividamento brasileiro as taxas oscilavam em torno do valor histórico de 7%. A partir dos anos 80, no entanto, as taxas se tornaram muito mais altas, incidindo sobre os empréstimos anteriores e tornando incontrolável o crescimento da dívida brasileira, mesmo sem entrada significativa de dinheiro novo no país.

Fonte: World Financial Markets, citado na *Sinopse de dados sócio-econômicos do Brasil*, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Todos os empréstimos externos tiveram o governo como avalista e foram contraídos com base em juros flutuantes. Neste sistema, o devedor não sabe que taxa de juro vai pagar em cada momento e nem é consultado sobre essas variações que, com o

tempo, determinam o tamanho de sua dívida. As taxas variam conforme a política monetária dos Estados Unidos e outros fatores que compõem uma ordem econômica internacional cada vez mais anárquica. Não é difícil perceber a armadilha aí embutida, e ela aparece clara na figura 2.

Tendo criado o doente, os credores se apressaram em vender o tratamento. Embora tenham formado seu próprio comitê integrado (cujo funcionamento é custeado pelos devedores), insistiram - e insistem até hoje - que os países devedores aceitassem negociar isoladamente. O mais das vezes a 'solução' veio na forma de novos empréstimos, realizados para pagar os antigos, multiplicando cada vez mais a velha dívida. Vítima de sucessivas manipulações contábeis, o Brasil enviou para fora muito mais dinheiro do que recebeu, mas, em 1985, já devia nove vezes mais do que em 1973. Portanto, desde o início dos anos 80, não é a entrada de dinheiro novo que faz a dívida crescer. É a necessidade de tomar empréstimos para pagar os juros dos empréstimos anteriores.

Se tomarmos como referência as taxas de 7% praticadas tradicionalmente pelo sistema bancário internacional, podemos calcular em 30,7 bilhões de dólares o prejuízo causado ao Brasil, na primeira metade da década de 1980, pela manipulação dos juros. Reparem bem: isso é mais do que toda a dívida externa brasileira acumulada até 1978! Equivale à entrega de 136 milhões de toneladas de soja, ou seja, quase sete vezes a safra brasileira obtida em 1988! Significa o pagamento de mais de 487 milhões de salários mínimos vigentes em 1989!

Todos esses valores devem ser multiplicados por mais de duas vezes, se as comparações forem feitas com o montante global de juros pagos pelo país no período 1980-85. Para nada. Pois, como dissemos, a dívida não inverteu sua tendência de crescimento, tanto em valores absolutos, como em proporção ao produto interno brasileiro. Para os banqueiros, um negócio da China: no quarto trimestre de 1988, as operações realizadas com o Brasil responderam por 43,3% dos lucros obtidos em todo o mundo pelos quatro maiores bancos norte-americanos. E o Citibank, que realizou aqui 6% de seus investimentos, recebe daqui 25% de seus lucros.

O 'AJUSTAMENTO' E SEUS IMPACTOS

A política econômica de sucessivos governos brasileiros tem dado prioridade ao pagamento dos juros da dívida externa, e isso traz imenso impacto no funcionamento de toda a economia nacional. Não é exagero dizer-se que, nos anos recentes, a história da estrutura produtiva brasileira é a história de sua adaptação à maciça transferência de recursos que o sistema financeiro internacional nos impôs. De um momento para outro, o Brasil se tornou exportador de capitais.

Mas, como se sabe, nosso governo não emite dólares. Portanto, ao contrário dos Estados Unidos, nossa dívida não pode ser paga com instrumentos de crédito. Temos que pagá-la com mercadorias, que são vendidas no exterior e transformadas em dólar. Por isso, o 'ajustamento' consistiu essencialmente em adaptar nossa economia para gerar imensas exportações, cuja receita é em larga medida absorvida pelos juros da dívida (figura 3).

Ano	Serviço da dívida (US\$ bilhões)	% das exportações comprometidas
1970	1,3	29,2
1980	14,1	70,1
1981	17,8	76,4
1982	20,7	102,2
1983	15,6	71,2
1984	14,1	50,3
1985	13,4	52,4
1986	13,1	58,9

Fig. 3. Pagamentos do serviço da dívida externa brasileira e sua relação com as exportações. A queda verificada na primeira metade dos anos 80 decorre do inusitado crescimento do setor exportador, beneficiado por sucessivos governos, em detrimento do mercado interno brasileiro. Mesmo assim, o serviço da dívida permanece consumindo uma parcela expressiva das exportações, muito superior à que se verificava no período anterior.

Fonte: *Suma Economica* e boletins do Banco Central.

Mas não é só: os imensos superávits comerciais gerados para o pagamento dos juros constituem um foco de inflação, pois o Banco Central tem que fornecer, aos exportadores, quantias equivalentes aos saldos comerciais (diferença entre o que o país exporta e importa). Para obtê-las, o governo tem dois caminhos: ou emite papel-moeda (intensificando a pressão inflacionária) ou, mais freqüentemente, capta esses recursos no mercado financeiro, oferecendo grandes quantidades de títulos da dívida pública. Dessa forma, aumenta a dívida interna, que analisaremos adiante, e puxa para cima a taxa de juros.

O impacto recessivo dessa situação também é claro. No passado, a economia brasileira cresceu durante várias décadas com uma taxa média de 7% ao ano. Para tal, sustentou uma taxa média de investimento de 26% do PIB. Isso foi possível porque nossa taxa de poupança era alta (entre 20 e 22%) e se destinava a financiar investimentos aqui.

Ano	Dívida pública (%)	Dívida privada (%)
1973	51,7	48,3
1974	49,7	50,3
1975	54,1	45,9
1976	57,2	42,8
1977	60,3	39,7
1978	62,5	37,5
1979	68,2	31,8
1980	69,2	30,8
1981	68,0	32,0
1982	67,5	32,5
1983	74,1	25,9
1984	78,8	21,2

Fig. 4. Evolução da dívida sob responsabilidade dos setores público e privado. Note-se que, na origem, havia uma situação de equilíbrio. Mas o governo era avalista dos empréstimos contraídos

pelas empresas. De forma ainda obscura, grande parte da dívida das grupos privados foi estatizada, recaindo trajé, diretamente, sobre todo o povo brasileiro.

Fonte: Banco Central, citado por E. Lundberg e A. L. Castro em Desequilíbrio financeiro do setor público e seu impacto sobre o orçamento monetário.

Hoje, enviamos para o exterior uma parcela importante de nossa poupança. O resultado é uma baixa taxa de investimento na própria economia nacional. O problema não está na nossa capacidade de produção, e os saldos comerciais estão aí para o demonstrar. Também não está no saldo em si mesmo, mas no uso que dele se faz. Passamos a exportar 12% de tudo o que o país produz e reduzimos nossas importações para níveis muito baixos. Mas esse esforço é totalmente absorvido pelo pagamento dos juros, enquanto a dívida propriamente dita permanece inalterada, como um pesadelo que se vai transmitindo de uma para outra geração. Outro aspecto desse 'ajustamento' foi a estatização da dívida externa. A dívida do setor privado foi em grande parte assumida pelo governo, em operações obscuras, que não foram objeto de discussão no Congresso Nacional e, muito menos, de esclarecimento junto à opinião pública. Graças a isso, como mostra a figura 4, a participação do setor público no endividamento externo passou de 51,7% em 1973 para mais de 80% em 1988. Por isso - e pelo que foi dito antes - não é difícil ver que o peso do 'ajustamento' recaiu sobre o setor público, que sofreu um penoso processo de desarticulação. Também voltaremos a esse assunto adiante.

NECESSIDADE DE NOVA POLÍTICA

Sejamos claros. É escandaloso que o Brasil remeta, em nove anos, 139 bilhões de dólares para o exterior (57 bilhões só no governo Sarney) e não consiga diminuir nem um centavo de sua dívida. É absurdo que o Brasil se transforme em exportador de capitais para os países desenvolvidos.

Desconto no mercado secundário (%)	
Jul/85	19-25
Fev/87	24-26
Out/87	60-65
Jul/88	48-50
Out/88	56-59

Fig. 5. O Brasil continua a pagar juros calculados sobre o valor nominal de uma dívida que o próprio mercado internacional já desvalorizou. A tabela mostra, em percentagem, por quanto os títulos da dívida externa brasileira têm sido negociados no mercado secundário, em relação ao seu valor nominal.

Fonte: Shesr@on Lehman

É imoral que as taxas de juros se alterem sem que haja interferência dos devedores. É inaceitável que o terceiro maior superávit comercial do mundo (superado apenas pelo Japão e a Alemanha) seja desperdiçado no pagamento de juros, quando poderia ser usado para solucionar questões estratégicas para o desenvolvimento nacional. É muito suspeito que, em silêncio, o Estado tenha assumido grande parte

da dívida contraída por grupos privados, entre os quais estão filiais de empresas estrangeiras que realizaram operações com suas matrizes. Há mais. É claro que a dívida não se restringe mais a um problema de natureza meramente econômica, que oponha interesses particulares do Brasil a regras *estabelecidas e aceitas* na comunidade internacional. A dívida se insere numa ordem internacional em vias de esgotamento e mutação. Deve ser tratada como problema político e diz respeito ao conjunto de relações entre os países. Segundo o Banco Mundial, em 1988 a dívida global do Terceiro Mundo chegou a 1,32 trilhão de dólares, tendo aumentado em mais de 36 bilhões em relação ao ano anterior. Em 1989, os países latino-americanos transferiram para os credores, apenas para pagar juros, 1/3 do valor de suas exportações. É uma situação incrível. Segundo o *Jornal do Brasil*, o insuspeito economista norte-americano Jeffrey Sachs declarou recentemente, em visita ao nosso país, que "todos os dias os banqueiros se perguntam por que os países da América Latina continuam a pagar uma dívida que eles já lançaram como perda em seus livros (...) A razão por que não se consegue uma solução melhor para o problema é que os devedores não fazem pressão, como deveriam". Essa observação é mais do que uma hipótese. É uma realidade de mercado. A figura 5 mostra a desvalorização dos títulos da dívida externa brasileira, que vêm sendo negociados no mercado internacional por, no máximo, 65% de seu valor nominal.

Mesmo assim, há no Brasil os que preferem nada mexer, ou então sugerem medidas cosméticas. Defendem a continuidade do pagamento dos serviços da dívida, afirmando que o país deve mostrar "comportamento responsável"

para poder candidatar-se a novos empréstimos no futuro. No entanto, todos os indicadores mostram que a eventual repetição, nos próximos anos, das condições vigentes nesta década conduz o país à falência, caso não haja mudança profunda em nossa política. Trabalhando com hipóteses verossímeis, mostraremos no capítulo sobre sistema financeiro que se pode chegar a um cenário em que a dívida pública brasileira (externa e interna) represente 76% do PIB e 339% da receita fiscal em 1993.

Sejamos, novamente, claros. Somos favoráveis à adoção de um padrão de desenvolvimento relacionado, mas não subordinado, ao sistema capitalista internacional. A prioridade ao pagamento dos serviços da dívida não pode continuar orientando a atuação do governo brasileiro. Promover a distribuição de renda e, com base nela, criar um novo modelo de crescimento são os objetivos centrais, aos quais a política econômica deve subordinar-se. O sacrifício até agora imposto não trouxe nenhum resultado - a não ser desperdício de recursos, miséria e fome - e não pode perpetuar-se como um pesadelo sem fim. Para reconstruir nossa capacidade de financiar uma nova fase de crescimento, é preciso obter o cancelamento da dívida vencida - que, na verdade, já foi paga - e definir novos termos para as tomadas de empréstimo no futuro.

	Investimento 1970/1979	(% do PIB) 1990/1999
Energia elétrica	1,99	1,78
Transportes	2,26	2,12
Telecomunicações	0,82	0,62
Petróleo	0,85	1,16
Petroquímica	0,05	1,14
Petroquímica	n.d.	0,02

Papel e celulose	0,15	0,45
Siderurgia	0,57	0,46
Alumínio	0,57	0,08
Cobre, zinco, níquel, estanho	0,57	0,01
Cimento	n.d.	0,06
Total	6,69	6,29

Fig. 6. A coluna do meio mostra os Investimentos realizados em infra-estrutura e em insumos básicos durante o acelerado crescimento dos anos 70. A coluna da direita projeta as necessidades para a década de 1990, tendo em vista conseguir uma média anual de 7% de crescimento do PIB. Como vimos no início, em 1988 o serviço da dívida externa drenou, para fora do país, recursos equivalentes a 6,2% do PIB, percentagem quase igual aos totais assinalados. Fica claro, portanto, o impacto que essas transferências exercem no sentido de impedir uma retomada sustentada do crescimento econômico do país.

Fonte: Adaptado de Ricardo Bielschowsky, *Requisitos de investimentos para a década de 1990*, mimeo, Instituto de Economia Industrial da UFRJ. "n.d." significa que o dado não estava disponível.

A conversão da dívida em investimentos no próprio Brasil não é solução. Em primeiro lugar, ela não traz recursos novos, mas apenas realiza um jogo contábil, que permite aos credores fazer com que uma dívida questionada e de alto risco seja graciosamente transformada em patrimônio seguro. Além disso, é grande o impacto inflacionário dessa operação, pois o Banco Central tem que, mais uma vez, fornecer cruzados ou títulos equivalentes aos dólares supostamente 'convertidos'. A conversão legítima e paga uma dívida que o Brasil tem o direito de considerar ilegítima e não pagar. Além disso, significa um compromisso de, no futuro, transferir mais recursos para o exterior, sob a forma de remessa de lucros.

Ao contrário de outros países, o Brasil tem plenas condições de suspender seus pagamentos aos banqueiros internacionais. Além das potencialidades gerais do país e de sua economia, o saldo comercial é suficientemente grande e diversificado. Podemos acumular, por um período razoável, reservas cambiais que nos permitam realizar uma renegociação competente e soberana. Em 1990, a suspensão dos pagamentos da dívida pode significar uma poupança de cerca de 15 bilhões de dólares que, somados aos cerca de 20 bilhões previstos para o saldo comercial, permitiriam a adoção de um programa interno de estabilização e retomada do crescimento. É o que indicam os dados relacionados na figura 6. O fim da sangria também permitirá aliviar a situação financeira do setor público e viabilizar programas sociais absolutamente inadiáveis. Facilitando o equacionamento da dívida pública interna, essa medida ainda contribuirá para reduzir a taxa de juros e direcionar, para atividades produtivas, recursos hoje estacionados no mercado financeiro.

Temos consciência de que será necessário construir uma sólida base política e social para respaldar a ação do novo governo contra a agiotagem internacional. Daremos, à opinião pública brasileira, todos os esclarecimentos necessários. Teremos o Poder Legislativo e a sociedade civil como interlocutores. E contaremos com uma mobilização nacional. Nos quatro cantos do mundo, tentaremos mostrar que a nova política interessa também à maior parte dos nossos parceiros no exterior. A retomada do crescimento com distribuição de renda trará benefícios a todos os países e instituições interessados em manter conosco relações estáveis e

duradoras, em bases equilibradas e mutuamente compensadoras. No que depender de nós, portanto, o desendividamento externo não significa a consagração do isolamento. Ao contrário: ele é condição prévia para que o Brasil possa participar de forma ativa e soberana nos fluxos comerciais e tecnológicos do mundo contemporâneo.

ALGUMAS PROPOSTAS

Não devemos e não podemos pagar essa dívida ilegítima, continuando a transferir para os países desenvolvidos parte significativa da riqueza que produzimos aqui. Essa situação reflete uma ordem internacional anárquica que precisa ser politicamente questionada por nosso país e pelos demais devedores do Terceiro Mundo. Por isso, pretendemos:

a) Suspender os atuais acordos com o FMI e o pagamento do serviço da dívida externa, interrompendo assim a drenagem de recursos para o exterior. Adotar, de forma articulada, medidas para estancar a fuga de capitais, para consolidar nossas reservas em moeda forte e para retomar o crescimento econômico, com a definição de um pacote de investimentos estratégicos, a retomada de gastos sociais e redistribuição progressiva de renda.

b) Colocar a dívida sub *judice*, iniciando cuidadosa auditoria, com a participação do Poder Legislativo e de organizações representativas da sociedade civil. Entre outros objetivos, essa medida visa a identificar os mecanismos de formação da dívida, seus modos de utilização, a legalidade dos procedimentos utilizados, as perdas decorrentes de aumentos abusivos das taxas de juros e os motivos que levaram à estatização da dívida do setor privado. Com base nessas informações, deve-se definir a composição justa da dívida, convocando, se necessário, um plebiscito para decidir a questão. O processo de auditoria deverá denunciar eventuais contratos irregulares, cláusulas ilegais, imposições draconianas, práticas financeiras abusivas, comissões e outros mecanismos ilegítimos.

c) Priorizar os fóruns internacionais legítimos e a negociação política de governo a governo, criando nela os parâmetros que sirvam para condicionar nossa posição junto aos bancos privados. Articular com outros países devedores, especialmente os da América Latina, estratégias comuns de negociação, se possível discutidas numa conferência internacional convocada para este fim.

d) Congelar as operações de reempréstimo (*relending*) e suspender a conversão da dívida em investimentos, reestudando posteriormente estes mecanismos à luz dos novos termos de negociação.

A eventual retaliação dos credores não nos faria pagar um preço muito diferente daquele que pagamos hoje ao aceitar, como válidos, juros calculados sobre o valor nominal de títulos já desvalorizados pelo mercado. Com uma diferença: a situação atual não oferece esperanças. Nossa política abre uma situação nova e transitória, que tende a ser resolvida no âmbito de negociações internacionais.

SALÁRIOS, PREÇOS E LUCROS

A inflação - todos sabem - é um processo de aumento generalizado e persistente nos preços. Mas, se todos os preços, inclusive o da força de trabalho, fossem aumentados ao mesmo tempo e na mesma proporção, não haveria maiores conseqüências econômicas e sociais. A inflação seria, nesse caso, um fenômeno pouco importante, de natureza meramente contábil. Ela desempenha um perverso papel porque os preços não sobem ao mesmo tempo, nem na mesma proporção. Uns sobem mais rápido, outros mais devagar. Uns sobem mais, outros menos. Por meio dessas diferenças nas remarcações ocorre uma redistribuição de renda na sociedade, em benefício dos agentes econômicos mais poderosos. Os assalariados são os que mais perdem, e os grandes capitalistas, especialmente os do setor financeiro, são os que mais ganham.

Os conservadores e o Fundo Monetário Internacional (FMI) tratam a inflação como um fenômeno estritamente monetário. Para eles, o dinheiro se desvaloriza porque há um excesso de moeda em circulação. As principais causas desse fato seriam o peso exagerado dos salários e o crescimento das emissões de moeda necessárias para fazer frente ao déficit nas contas do governo. O remédio que propõem é coerente com o diagnóstico: arrocho salarial e fim do déficit público, com cortes nos investimentos e nas outras despesas do governo e das empresas estatais. Além disso, sempre preocupados em conter o consumo, sugerem manter elevadas as taxas de juros, para limitar o crédito e diminuir os investimentos privados em atividades produtivas. Essas políticas freqüentemente se somam à desvalorização do cruzado frente às demais moedas, para estimular as exportações. Tudo isso tem como objetivo declarado controlar a alta dos preços através da recessão.

É fácil ver que a receita antiinflacionária do FMI não é neutra. Reparem bem: ela propõe que se reduza o preço da força de trabalho (salários), aumente o preço do dólar (câmbio), aumente o preço do dinheiro usado como mercadoria pelo sistema financeiro (juros) e assim por diante. Por esta via, para diminuir as taxas de inflação consagra-se uma nova estrutura de preços relativos, desfavorável aos trabalhadores. Como vimos, é exatamente este o objetivo perseguido pelos capitalistas quando passam a adotar procedimentos que estão na própria origem do processo inflacionário!

Ano	Crescimento do PIB	Inflação (IPC)
1979	7,2	77,2
1980	9,1	99,7
1981	- 3,1	93,5
1982	1,1	100,3
1983	- 2,8	178,0
1984	5,7	209,1
1985	8,4	239,1
1986	8,0	59,2

1987	2,9	394,6
1988*	- 0,3	900,0

Fig. 7. Não se pode estabelecer correlação entre queda no crescimento econômico e diminuição nas taxas de inflação, nem mesmo quando a recessão se instala e o crescimento do produto interno bruto (PIB) fica negativo, como ocorreu três vezes nesta década.

Fonte: *Conjuntura Econômica* n° 42, setembro de 1988.

O FMI propõe que se combata a inflação simplesmente decretando a vitória de uma das partes envolvidas no conflito existente em torno da distribuição de renda. Por isso, para ser aplicada, sua receita freqüentemente depende da adoção de regimes de força, não democráticos. Tudo isso nós conhecemos bem. É a nossa história, desde 1964. Como qualquer um pode ver, não deu muito certo. Já foi tentado um pouco de tudo o que integra o receituário conservador, mas há anos a inflação brasileira mantém tendência assustadoramente ascendente. Em diversos momentos, resistiu até a recessões. Os economistas precisaram inventar uma esquisita palavra nova - estagflação - para dar conta dessa terrível mistura de, estagnação e inflação que nos visitou várias vezes (figura 7).

Nós pensamos de forma diferente. Consideramos que o processo inflacionário brasileiro, já crônico, tem várias faces, das quais destacamos duas. De um lado, ele expressa a voracidade com que as elites tentam se apropriar de uma parcela cada vez maior da riqueza gerada pelos trabalhadores. De outro, é um sintoma de que o Estado brasileiro tem-se mostrado incapaz de aglutinar expressivas forças sociais em torno de um projeto comum. Vamos por partes.

SALÁRIOS E PREÇOS

Em situações de alta inflação, as empresas modificam a forma como calculam seus preços. Não se trata mais, apenas, de repor (com lucro) os custos da produção que está sendo realizada. É preciso que os preços incorporem também aquilo que a empresa espera gastar a mais, no futuro, com as compras de novas matérias-primas e insumos, que dia a dia se tornam mais caros. Assim, os capitalistas buscam se antecipar à inflação futura, embutindo-a nos preços atuais.

Ao se defender hoje da inflação que espera encontrar amanhã, cada capitalista dá sua própria contribuição para que a inflação se mantenha alta. Cria-se um círculo vicioso: de um lado, as expectativas em torno de uma taxa esperada para a inflação futura fazem com que esta taxa se transforme em realidade, pois ela passa a ser usada para a remarcação preventiva dos preços; de outro lado, a confirmação da taxa esperada mostra a aparente racionalidade das expectativas que contribuíram para produzi-la. Enquanto os capitalistas se defendem eficazmente da inflação futura, os assalariados lutam para recompor suas perdas em relação à inflação passada. Quase nunca conseguem. Na corrida das remarcações, os trabalhadores fecham a raia, pois os reajustes de seus rendimentos estão presos a períodos fixos e têm como referência a inflação do período anterior. Apesar disso, são considerados pelo governo e pelo FMI como culpados. O cordeiro, como se sabe, também foi

sacrificado a partir da acusação de sujar a água que o lobo iria beber, embora o fluxo da correnteza do rio não confirmasse essa impressão.

Discutamos melhor a questão, sem esconder os fatos. Admitamos: em certas situações, o aumento da massa salarial gera pressões inflacionárias. Isso pode ocorrer quando, por exemplo, numa economia em equilíbrio, esse aumento ultrapassa a elevação na produtividade do trabalho. Se tomarmos como referência a história brasileira recente, é claro que não é esse o nosso caso. Ao contrário. Ninguém discute que, nas últimas décadas, a produtividade aumentou muito em nossa economia. Mas, ao mesmo tempo, decresceu de forma sistemática a participação dos rendimentos do trabalho na renda nacional: 56% em 1960, 50% em 1970, 48,4% em 1980. Nos anos 80, desperdiçados nas malfadadas tentativas de pagar a dívida externa, a situação se agravou: em 1988, os trabalhadores como um todo se apropriavam de menos de 38% da renda nacional. Em nenhum país moderno é tão baixa esta participação. Note-se que, segundo o IBGE, os empregadores (pequenos, médios e grandes), que recebem rendimentos do capital, somam 3,5% da população economicamente ativa (PEA), os empregados somam 71,3% e os trabalhadores por conta própria 25,2%.

Ano	Salário mínimo real (1960 = 100)	PIB por habitante (1960 = 100)
1960	100	100
1965	89	108
1970	68	135
1975	56	197
1980	61	247
1981	63	233
1982	66	230
1983	56	214
1984	45	205

Fig. 8. Evolução do poder de compra do salário mínimo e do produto interno por habitante. Mais de 1/3 da força de trabalho brasileira recebe até um salário mínimo, cujo poder de compra se reduz sistematicamente, ao mesmo tempo em que tende a aumentar a riqueza por habitante produzida no país.

Fonte: Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio Econômicos (Dieese).

Mais de 1/3 das pessoas ocupadas ganham até um salário mínimo, cujo poder de compra, em fins dos anos 50, era quase quatro vezes maior, embora convivesse com um produto interno menor e com taxas de inflação bem mais moderadas. A figura 8 compara a evolução do salário mínimo real com a do produto interno bruto por habitante no Brasil, mostrando como ambos evoluem em sentidos contrários. Ou seja: na economia brasileira, a produtividade do trabalho aumenta e a remuneração real do trabalho diminui. Entre os dois, crescem os lucros. Os salários pagos nos setores modernos da indústria brasileira também são absurdos: oscilam de 1 /5 a 1 /10 dos que se pagam lá fora ao homem que faz a mesma coisa, no mesmo tempo, com o mesmo equipamento.

Imaginemos que os salários sejam gradativamente aumentados, invertendo a velha tendência. Se houver capacidade ociosa - terras não cultivadas, máquinas subutilizadas, pessoas desempregadas - pode-se esperar que o aumento da

demanda exerça uma pressão positiva sobre o sistema econômico, em direção a maior produção e maior produtividade. Isso tende a não ocorrer, no entanto, se a estrutura agrária continuar barrando o acesso do camponês à terra ociosa, se a intermediação comercial ficar em poucas mãos, se as taxas de lucro na especulação financeira permanecerem mais atrativas para os capitalistas, se o Estado não inibir o superlucro dos grandes grupos econômicos.

Por isso, a recuperação do salário dos trabalhadores é perfeitamente possível, mas tem que vir acompanhada de uma série de medidas correlatas, que serão comentadas ao longo de todo este fascículo. Uma coisa parece certa: seja por considerações de natureza ética, seja por motivos puramente econômicos, um programa antiinflacionário no Brasil não pode depender de maior arrocho salarial. Nem de recessão. Os períodos de maior crescimento apresentados pela economia brasileira nos últimos 30 anos coincidem com fases de inflação baixa (para os nossos padrões) e vice-versa. Compreende-se: a própria segurança de taxas estáveis ou descendentes de inflação estimula a retomada dos investimentos. Em contrapartida, a incerteza quanto à taxa futura desestimula aplicações produtivas e faz com que o capital busque abrigo no mercado financeiro, que oferece remuneração fácil e sem riscos. Os donos do dinheiro procuram, por exemplo, títulos da dívida pública, que pagam correção monetária integral e mais uma alta taxa de juros, garantida pelo governo. Vejamos agora este outro lado da moeda.

LUCROS E PREÇOS

Vimos que qualquer economia sujeita a inflação prolongada - como é o caso brasileiro - desenvolve mecanismos de formação de preços que introduzem novos componentes de realimentação inflacionária. No modelo proposto pelos conservadores, uma queda no consumo força uma redução nos preços das mercadorias. Isso não é verdade nos setores dominados por poucas empresas (oligopólios), em que é alto o grau de concentração de capital. Neles, a concorrência entre as poucas empresas dominantes não se dá através de rebaixamento de preços, mas através do lançamento de novos produtos, de estratégias de publicidade e de outros sofisticados mecanismos. Por isso, os preços passam a ter muito maior autonomia em relação à demanda. A queda nas vendas passa a ser compensada, via de regra, pela elevação do preço unitário das mercadorias. Assim, as empresas que dominam setores oligopolizados (concentrados) podem reagir de maneira oposta à definida nos modelos tradicionais: elas *elevam* seus preços em resposta a uma retração da demanda. Como seu poder de mercado é muito grande e suas margens de lucro são sagradas, seus preços tendem a ser reajustados acima da média, provocando novas pressões inflacionárias.

Mas a coisa não pára aí. Depois de vários anos de crise, acumulou-se no Brasil um imenso estoque de riqueza aplicada em papéis de alta rotatividade, manipulados pelo sistema bancário. É capital de várias origens (industrial, agrícola, comercial) que se multiplica sem precisar mais passar pelo processo produtivo. Essa soma imensa e crescente não é investida em máquinas, equipamentos e outros meios de produção. Não gera renda e emprego. Uma parte dela tem endereço fixo na ciranda financeira: em dezembro de 1988, estimava-se em 67,7 bilhões de dólares o montante investido

em papéis da dívida interna, negociados praticamente todos os dias. Outra parte simplesmente deixa o país de forma ilegal. De acordo com relatório divulgado pelo Banco Internacional de Pagamentos (BIS) em 12 de junho deste ano, 32,1 bilhões de dólares (quase 30% da nossa dívida externa) foram depositados na Suíça por investidores brasileiros entre 1978 e 1987. Segundo o jornal *O Estado de São Paulo*, que em 13/06/89 noticiou a publicação do relatório, "o governo não pretende incentivar a repatriação desse capital simplesmente porque não reconhece a evasão".

A quantidade de recursos assim utilizados representa uma grave deformação da economia brasileira, mesmo quando comparada a outras economias capitalistas. Note-se também a importância da referência, que fizemos acima, às várias origens do capital investido na especulação. São muito menores do que se pensa as fronteiras que, nas atuais condições, separam os vários segmentos do grande capital. Ao contrário das aparências, não existe um grande capital 'produtivo' que combata e se contraponha ao 'especulativo'. Por sua própria natureza, o capital tende a concentrar-se nas atividades em que a taxa de lucro é maior. Sob hegemonia do setor financeiro, consegue-se, em plena crise, altas taxas de lucro para todos. O povo está em péssimas condições e o país vai mal, mas de modo geral as grandes empresas bancárias, industriais, agrícolas e comerciais nunca estiveram tão bem. Elas se adaptaram à crise: paralisaram investimentos, fizeram rotatividade de pessoal e estacionaram recursos nos mercados monetários garantidos pelo governo.

Há, portanto, dois importantes lados da questão inflacionária, geralmente subestimados. Primeiro: como é normal no capitalismo, cresce no Brasil o peso dos oligopólios, capazes de administrar seus preços de forma não concorrencial.

Segundo: a economia brasileira se acostumou com o crescimento desmedido dos ganhos financeiros, realimentados pela colocação maciça de títulos públicos no mercado. Não se pode esquecer esse contexto. Criou-se uma situação em que, para os capitalistas, é muito mais fácil tentar ampliar sua participação na renda nacional remarcando preços e carreando recursos para a especulação financeira, do que aumentando a eficiência e a produtividade das empresas.

Hoje, o caráter rentista (especulativo) da riqueza capitalista prevalece largamente sobre seu caráter produtivo. Eis um grande obstáculo a qualquer política antiinflacionária séria. Mesmo numa situação em que a demanda seja contida e que os custos de produção diminuam, a inflação tende a ser realimentada pela lógica específica da valorização capitalista, que tem nas taxas de juros e de câmbio uma referência fundamental para estabelecer a rentabilidade desejada em todos os setores.

País	Massa salarial (%)	Rentalidade
Alemanha Ocidental	50	27
Estados Unidos	41	32
Dinamarca	56	22
Espanha	46	23
Portugal	42	22
África do Sul	55	16
Turquia	34	30

Bangladesh	33	32
Hong-kong	52	19
Coréia do Sul	30	30
México	37	35
Chile	19	60
Colômbia	19	54
Brasil	17	52

Fig. 9. Por motivos óbvios, é difícil estimar a lucratividade das empresas privadas. Um dos critérios aceitos é o do cálculo da chamada taxa de mark up, ou sela, a relação entre o valor final da produção e as despesas operacionais. Quanto maior a diferença entre os dois, maior a taxa de lucro. A tabela, adaptada de um estudo de João Furtado, mostra os índices da massa salarial (em percentagem do valor da produção) e da rentabilidade (estimada segundo a taxa de mark up) dos setores industriais de vários países. Foram usadas médias nacionais. Note-se que o Brasil se destaca pelos baixos salários e os altos lucros obtidos.

Fonte: Adaptado da revista Senhor (07/03/88).

Com efeito, os juros altos e o câmbio instável passam a sinalizar que taxa de lucro mínima os capitalistas devem perseguir. Ao pretender nivelar-se por cima, o lucro nos diversos setores da economia tem que avançar de forma selvagem sobre os rendimentos do trabalho. Rebaixar salários nominais provocaria intensa resistência e seria politicamente inviável. A saída é diminuir, via inflação, apenas os salários reais, sem abaixar a quantidade de cruzados que cada trabalhador recebe.

É na maneira como se formam os altos lucros, sejam eles financeiros ou não, que se devem buscar as causas fundamentais da inflação brasileira (figura 9). Tais causas são muito mais profundas do que o simples descontrole monetário do governo. É claro que os desequilíbrios fiscais existem. Também é claro que, em certas situações, se o governo deixa de emitir dinheiro, não lança novos títulos da dívida pública e não permite que o crédito cresça, ele pode conter a escalada da inflação. Mas isso não quer dizer que as causas do fenômeno sejam basicamente monetárias, nem que essas soluções sejam duradouras.

Não é verdade que a eliminação do déficit público seja precondição para o sucesso de qualquer medida antiinflacionária. Diversas lições históricas - inclusive a da hiperinflação alemã de 1923 - apontam em direção contrária. O déficit alemão só foi controlado depois da estabilização, pois a inflação provoca, ela mesma, graves perdas na arrecadação (sempre ocorre um intervalo de tempo entre o fato econômico gerador do tributo e o recolhimento deste aos cofres públicos). Assim, em casos de inflação alta e persistente, o déficit é, via de regra, efeito, e não causa. Após a estabilização da moeda, a redução do déficit - ou mesmo a obtenção de superávit - pode depender muito mais dos ganhos de receita do que de eventuais cortes de despesa. A queda na taxa de inflação e a retomada do crescimento trazem aumentos automáticos e substanciais na receita tributária.

Se tudo isso é verdade, por que todos parecem preocupar-se tão intensamente com a inflação brasileira atual? É que o feitiço pode voltar-se contra o feiticeiro. A situação de alta inflação se caracteriza por uma elevada instabilidade: é um arranjo frágil, cuja sobrevivência depende de o sistema não ser submetido a choques de vulto, sejam eles externos (ligados, por exemplo, às condições de pagamento da dívida externa)

ou internos (ligados, por exemplo, ao comportamento dos credores da dívida interna). As reiteradas tentativas dos capitalistas no sentido de alterar os preços relativos provoca uma corrida insensata que, a partir de certo ponto, pode ter como único efeito produzir mais e mais inflação, até precipitar o país na hiperinflação.

Essa situação desorganiza a economia. A moeda nacional praticamente desaparece, penalizando ainda mais fortemente os assalariados pobres, o Estado e os demais agentes econômicos que não podem fazer transações com dólares. A renda se concentra, o abastecimento cai, o capital deixa o país. Aumenta a miséria geral. Pouquíssimos conseguem lucrar. É preciso afastar a ameaça da hiperinflação, usando para isso firmeza na condução da política econômica e apostando no potencial da economia brasileira, uma grande máquina que pode *estabilizar-se e crescer*.

ALGUMAS PROPOSTAS

Vimos que, incapaz de mirar nos alvos corretos, o tiro antiinflacionário ortodoxo é de pouco fôlego e logo desmancha no ar. Dele, restam, sólidos e palpáveis, o desemprego, a recessão e o aumento da capacidade ociosa. Além de socialmente injusta, é uma receita ineficaz.

Agora, vamos olhar à nossa volta com bom senso. O modelo agrário e agrícola faz com que os estoques de alimentos dirigidos ao mercado interno permaneçam baixos. A remessa de lucros e o pagamento dos juros da dívida externa sangram o país. Grandes grupos econômicos dominam setores amplos da economia e têm o poder de ditar seus preços em situações não concorrenciais. A permanente desvalorização do cruzado torna cada vez mais caros os insumos e produtos importados. A especulação financeira predomina.

Tudo isso causa inflação.

Interessa aos trabalhadores combater a inflação com muita firmeza. Mais ainda: ela se encontra de tal forma arraigada na vida do país, que será preciso atenção especial do novo governo e do povo para evitar que a alta dos preços anule todos os esforços e as conquistas obtidas com uma política de distribuição de renda.

O enfrentamento da inflação pode demandar o uso de políticas emergenciais, como o controle de preços e uma ativa política de abastecimento de certos produtos. Mas, isoladas, medidas desse tipo não têm fôlego longo. Além da profunda revisão, já indicada, na maneira de enfrentar a dívida externa, a solução do problema inflacionário depende de:

- a) Rejeição de toda receita econômica recessiva e de qualquer condicionalidade imposta por organismos internacionais, que fira a nossa soberania.
- b) Combate aos abusos dos grupos que controlam setores inteiros da economia nacional. Reestruturação dos organismos de controle e fiscalização, com abertura de negociações transparentes (setoriais e gerais), envolvendo produtores, distribuidores, trabalhadores e consumidores, para a fixação dos principais preços e de sua margem de variação. Proposição de leis mais rigorosas e efetivas para combater os crimes contra a economia popular.
- c) Modificação da estrutura agrária e do modelo agrícola, de modo a inverter a tendência de queda na oferta interna de alimentos.

d) Intervenção estatal para regularizar certos mercados e desestimular movimentos especulativos, especialmente no que diz respeito aos produtos de primeira necessidade.

Só isso não basta. O sistema financeiro precisa ser reformado e a dívida interna renegociada, de modo a baixar a taxa de juros e direcionar recursos para as atividades produtivas. Mas estes aspectos serão detalhados adiante. Vejamos agora os caminhos para que se promova distribuição de renda e se aumente a produtividade em nossa economia.

POLÍTICAS DE RENDA E INDUSTRIAL

DISTRIBUIR E CRESCER

O Brasil manteve por várias décadas uma das maiores taxas de crescimento de todo o mundo e apresenta, ainda hoje, um imenso potencial. Seu produto interno cresceu 86 vezes neste século. Em 1955, nossa economia ocupava o 49º lugar no mundo; em 1988, passara a ser a nona em termos de produto interno e a sétima em produção industrial.

Porém, do ponto de vista social, pouco progredimos. Segundo indicadores internacionalmente aceitos, ocupamos o 94º lugar. Nossa distribuição de renda é das piores: 1 % da população se apropria da mesma parcela que os 50% mais pobres; 35% das famílias vivem com uma renda de até meio salário mínimo por pessoa, ou seja, quatro cruzados novos por pessoa e por dia em setembro de 1989, para todos os gastos. Em termos absolutos, esta percentagem significa 11 milhões de famílias, diretamente responsáveis por 52% das crianças brasileiras. Uma delas em cada três está fora da escola. Somos o quarto país do mundo em volume de produção agrícola e o sexto em desnutrição infantil.

Segundo a última Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílio (PNAD), apenas 134 mil famílias brasileiras têm renda acima de 20 salários mínimos. Isso significa que, se todas morassem juntas, formariam no vasto mapa do Brasil uma cidade do porte de Joinville (SC), Uberlândia (MG) ou Campina Grande (PB).

Diante desse quadro, alguns falam em 'choque de capitalismo', como se a dívida, a concentração de renda, a especulação, a pobreza e a inflação existissem apesar do tipo de sistema econômico que temos hoje no Brasil, e não por causa dele. Nós preferimos falar em 'choque de democracia', 'choque de salários' e 'choque de produtividade'. Sem demagogia. Hoje, é possível - e é preciso - crescer e redistribuir a renda nacional. Toda uma geração de brasileiros conhece apenas o modelo perverso e concentrador, aplicado nos últimos 35 anos. É natural que muitos não acreditem que as coisas possam funcionar de outra maneira. No entanto, lembremos que o chamado 'modelo brasileiro' foi implantado graças ao uso da força, tendo

exigido um golpe militar. Não representa um caminho inevitável e natural na evolução da nossa sociedade.

Não queremos vender ilusões. Deter a inflação e promover o desenvolvimento econômico em novas bases são condições necessárias para uma valorização duradoura do salário real dos trabalhadores. Não poderemos, num passe de mágica, de um momento para outro, alterar todo o modo de funcionamento da economia. Mas, para definir o bom caminho, é preciso saber onde se quer chegar. Nós sabemos: num crescimento auto-sustentado (cujas principais forças motrizes estejam dentro do país), harmônico (que respeite nosso patrimônio natural e reduza as desigualdades regionais) e democrático (capaz de melhorar a vida de toda a população).

Para isso, a política de rendas é um instrumento central. Ela será gradual, de modo a permitir a melhor articulação possível com as demais políticas, necessárias à manutenção do crescimento e à preservação das conquistas sociais em cada momento. Mas será decidida e clara, de modo que a maioria da população não tenha nenhuma dúvida de que em nosso governo - finalmente - suas condições de vida e trabalho serão substancialmente melhoradas.

Desde 1964, a política salarial foi subordinada às políticas antiinflacionárias ou de ajuste econômico. Com essa óptica, abandonou-se a própria razão de ser do salário mínimo: garantir a cada família uma remuneração digna. Ampliaram-se, em paralelo, as disparidades e a concentração de renda. Já vimos que diminuiu a participação dos rendimentos do trabalho na renda nacional. Mas, além disso, a distância entre salários altos e baixos tornou-se, no Brasil, uma das maiores - senão a maior - do mundo.

É necessário inverter a lógica acima expressa: a política de rendas deve ser um dos elementos-guia da política econômica como um todo, de modo que outras políticas macroeconômicas tenham nela uma referência fundamental. Além disso, para evitar os ziguezagues, o caminho deve ser claro para toda a sociedade, com um horizonte de médio e longo prazos. Deve-se prever, anunciar e garantir o aumento do poder de compra do salário mínimo ao longo de um período dado. Antes e durante esse período, será necessário efetuar ajustes nas políticas industrial, agrícola, de abastecimento, de comércio exterior, social e previdenciária, de modo a adaptar o Estado e o funcionamento da economia às transformações na estrutura de despesas e no perfil de demanda que daí resultarão.

Propomos a meta de dobrar o valor real do salário mínimo, de forma gradativa, ao longo do primeiro ano de governo. Ninguém se assuste: atingindo-se a meta, a massa salarial do país terá aumentado apenas 9%. É claro que isso exige a definição, para outras faixas de baixa renda, de políticas salariais compatíveis. Mas essa proposta permite o ajuste gradativo das demais políticas macroeconômicas e avisa antecipadamente, para todos os agentes econômicos, qual a tendência de médio prazo. Isso diminui eventuais choques inflacionários e estimula investimentos nos setores que produzem bens de consumo de massa. Até o fim do governo, queremos atingir o nível de salário mínimo proposto pelo Dieese.

O Estado deve garantir um patamar mínimo de dignidade a todos, deixando à negociação coletiva e direta, através dos sindicatos, a determinação dos níveis salariais das diversas categorias. Assegurados os direitos sindicais - autonomia,

liberdade, direito de greve -, o contrato coletivo de trabalho, nacionalmente articulado, é o instrumento que pode fazer valer as reivindicações de cada segmento da classe trabalhadora, dentro da diversidade de situações existentes.

Além das medidas que atingem diretamente a renda monetária dos trabalhadores, propomos medidas indiretas, que influenciem a distribuição da renda disponível na sociedade como um todo e, por isso, possam melhorar a vida inclusive de pessoas submetidas a relações informais, que não contam com a proteção das leis trabalhistas e do sistema de segurança social. Incluem-se aí iniciativas de natureza fiscal e tributária, programas sociais e outras. O fundamental é articular-se um vasto programa nacional de erradicação da miséria absoluta, disseminada entre nós, como vimos, em níveis totalmente incompatíveis com os atuais padrões de produção e de renda da sociedade brasileira.

A MODERNIZAÇÃO DO PARQUE INDUSTRIAL

O baixo nível dos salários tem outros dois efeitos indesejáveis. O primeiro é o desemprego. Pressionado pela pobreza, o operário brasileiro faz muita hora extra, ocupando mais de um posto de trabalho. Além disso, fora da fábrica ele compra poucos produtos e, por isso, contribui igualmente pouco para gerar emprego para outros trabalhadores. Uma política séria e continuada de desconcentração de renda implica uma política de emprego muito mais eficaz do que todos os programas do Ministério do Trabalho dirigidos a este fim.

Outro efeito negativo da atual distribuição da renda nacional é o desincentivo à modernização do parque produtivo. Este é um dos desafios estratégicos que o país tem que enfrentar, inclusive para mudar a médio e longo prazos sua forma de participação na divisão internacional do trabalho. No mundo atual, a atividade intelectual, criativa, bem remunerada, não poluente, produtora de projetos, controle, organização e planejamento tende a se concentrar nos países desenvolvidos.

Fica para os países industrializados do Terceiro Mundo o trabalho rotineiro, repetitivo, alienado, mal remunerado e poluente. Pouca gente se dá conta de que na compra de um automóvel, por exemplo, cada um de nós paga os salários de quem o concebeu, projetou, planejou, organizou a produção e assim por diante. São milhares de empregos bem pagos, normalmente reservados para profissionais que não estão no Brasil.

Se conseguirmos aumentar, em paralelo, a massa salarial e a produtividade da nossa economia, estaremos em bom caminho. Acompanhando a nova política de rendas, o parque produtivo brasileiro, muito heterogêneo, terá três desafios principais: satisfazer a demanda gerada pela distribuição de renda, aumentar sua eficiência e obter crescente autonomia tecnológica. Para isso, será necessário definir políticas governamentais específicas.

Em primeiro lugar, nosso sistema econômico precisa utilizar ciência e tecnologia aqui produzidas. O Brasil não pode mais aceitar, como fiadora de seu futuro, a combinação de território rico e tecnologia dependente. Hoje, a simples posse de recursos naturais é uma vantagem comparativa cada vez menos importante. Nos processos industriais tradicionais, que estiveram na origem do mundo moderno, a matéria-prima contribuía com cerca de 50% do valor do produto final. Na atual

indústria de chips para computador, tal percentual não ultrapassa 3%. O ingrediente básico é a tecnologia. O grau de autonomia tecnológica é o calcanhar-de-aquiles dos países do Terceiro Mundo, para os quais está reservado o papel de montadores de equipamentos, conhecidos pelo sugestivo nome de 'caixas-pretas', que dispensa explicações. Não nos iludamos: é na capacidade de projetar - e não na produção em si - que se verifica ou não essa autonomia. Ela pressupõe domínio de projeto, que é inacessível a quem conhece, apenas, o processo de produção.

Em segundo lugar, é preciso modificar completamente a atual parafernália de subsídios, incentivos, isenções tarifárias e fiscais, financiamentos com juros negativos, repasses de empréstimos externos e outras formas de vantagens. O Estado brasileiro foi usado nos últimos anos para defender e consolidar uma estrutura industrial fortemente concentrada. O resultado foi o enriquecimento de poucos, não raro de forma vergonhosa (ver 'O Brasil das maravilhas'). Como veremos adiante, nesse jogo até as empresas estatais foram sacrificadas, compelidas a fornecer aço, energia elétrica, serviços de telecomunicações e transportes a preços subsidiados.

É praticamente unânime a avaliação negativa sobre o atual esquema de proteção industrial. Ele foi montado a partir de três tipos de consideração: atender objetivos setoriais específicos (para realizar etapas já esgotadas, como a substituição de importações e a implantação de alguns novos segmentos industriais); fazer face a necessidades conjunturais (como restrições a importações para conter o desequilíbrio do balanço de pagamentos); e favorecer grupos empresariais com influência junto ao governo. Os benefícios foram cumulativos, ou seja, cada segmento sempre conseguiu preservar as vantagens obtidas em momentos anteriores. Com o tempo, o sistema de proteção se tornou redundante e incoerente. Redundante, pois beneficia indústrias que não necessitam mais de proteção ou que, na verdade, nunca necessitaram. Incoerente por causa de sua generalização, que impede uma clara avaliação, por parte da sociedade, das atividades beneficiadas, do custo de manutenção desses benefícios e dos ônus que sobre todos nós recaem.

Tradicionalmente, as grandes empresas - e, dentro delas, as multinacionais - têm recebido maior proteção e amparo do Estado brasileiro. Um exemplo: para exportar, as indústrias automobilísticas recebem incentivos numa proporção bem maior do que sua própria participação nas exportações brasileiras (muitas filiais de empresas multinacionais recebem subsídios para exportar para suas próprias matrizes!). Isso é inútil. Só excepcionalmente a estratégia das empresas multinacionais é influenciada pelas políticas locais. Ela se define em nível mundial, levando em conta em primeiro lugar as características estruturais dos vários países (infra-estrutura, tamanho do mercado, localização geográfica etc). Além disso, o padrão de internacionalização do capital é relativamente rígido, por causa dos custos de fechamento e reinstalação de filiais em outros países. Em nossa opinião, as grandes empresas consolidadas não devem receber subsídio do Estado, nem beneficiar-se de reservas de mercado disfarçadas.

Nós defendemos uma nova seleção - criteriosa e explícita - de setores a serem beneficiados com algum tipo de incentivo. Dentro deles deve ser amplo o acesso aos mecanismos que forem definidos. A experiência italiana mostra que é possível aumentar a produtividade de pequenas e médias empresas, principalmente nos

segmentos tradicionais da indústria, evitando-se, até certo ponto, que o processo de modernização produza uma concentração ainda maior do capital. Além disso, defendemos a fixação de prazos para o alcance de metas específicas, evitando-se a perpetuação de benefícios e assegurando a eficácia da política governamental. No momento, propomos quatro critérios fundamentais para que se definam formas adequadas de apoio:

a) Setores que empregam direta ou indiretamente maior número de pessoas, como alimentar, têxtil, de vestuário, beneficiamento de minerais não metálicos e outros.

b) Setores que produzem bens de maior consumo popular, cujos ganhos de produtividade devem ser repassados aos preços. c) Atividades necessárias para induzir aumentos de produtividade nos demais setores da economia, como bens de capital, fertilizantes e informática. São atividades que, dependendo das condições, aumentam o grau de competitividade de toda a economia ou, ao contrário, propagam ineficiência para todo o sistema.

d) Setores que desenvolvem tecnologias de importância estratégica para o país.

Estancar a sangria de recursos para o exterior, garantir o crescimento econômico, conter a inflação, elevar os salários de base e modernizar a base produtiva: nosso programa começa a esboçar-se. Mas ainda falta dizer muita coisa. Vejamos a situação das empresas estatais.

O BRASIL DAS MARAVILHAS

Folha de São Paulo, 01/07/89: Anunciada como a "ferrovia da iniciativa privada", a Leste-Oeste será feita com dinheiro público. Muito simples: o empresário Olacyr de Moraes, maior plantador de soja do país, deveria construir e operar com recursos próprios o trecho entre Santa Fé do Sul (SP) e Cuiabá (MT). O valor total da obra (2,5 bilhões de dólares) foi superdimensionado em mais de 100%. Como a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) pagará a metade, na verdade o poder público financiará toda a obra. Além disso, segundo o empresário, haverá recursos captados junto a empresas estrangeiras mediante processos de conversão da dívida externa e operações de pagamentos de fretes futuros por empresas estatais ou governos estaduais. Diante desse quadro, o secretário-geral do Ministério dos Transportes esclareceu: "Toda empresa que atua na região amazônica tem acesso aos mecanismos de financiamento da Sudam. Não é por receber recursos da Sudam que a ferrovia deixa de ser privada."

Jornal do Brasil, 27/08/89: Enormes contratos de financiamento, firmados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE, hoje BNDES), garantiram a transferência, a grandes grupos privados, gratuitamente, de pelo menos 3,2 bilhões de dólares. Isto porque, nos contratos, a correção monetária do saldo devedor foi prefixada em 20%. Desde 1975, toda a inflação que ultrapassou 20% ao ano foi bancada pelo governo. Resultado: 74% do montante repassado pelo BNDES simplesmente se transformaram em 'doações patrimoniais'. Villares, Mendes Júnior, Votorantim, Cobrasma, Cofap, Dedini, Copene e Caemi foram alguns grupos beneficiados com os recursos, oriundos do Pis-Pasep recolhido do funcionalismo.

Jornal do Commercio, 02/08/89: O deputado Luís Inácio Lula da Silva (PT) encaminhou ao Tribunal de Contas pedido de auditoria no Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), propondo que sua remuneração passe a ser feita nas

mesmas bases da caderneta de poupança (inflação do mês, mais juros de 0,5%). O motivo: um estudo da Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo mostra que as perdas dos trabalhadores, acumuladas entre janeiro de 1986 e abril de 1989, somam mais de três bilhões de dólares (326,2 milhões de OTN's), equivalentes ao custo de 271 mil novas habitações ou 815 mil lotes urbanizados. O mecanismo da perda é o seguinte: calculado sobre o salário do mês anterior, o FGTS só é recolhido pela empresa, ao banco depositário, no dia 10 do mês seguinte. O banco tem 30 dias para repassá-lo à Caixa Econômica, que só no primeiro dia do trimestre seguinte deposita o valor na conta do trabalhador, sem correção monetária. Em cada trimestre, há um período médio de 56,6 dias em que o dinheiro do contribuinte, recolhido compulsoriamente pelo Estado, é usado sucessivamente pela empresa, o banco e a própria Caixa no mercado financeiro.

EMPRESAS ESTATAIS

PRECISAMOS DELAS

Já comentamos neste fascículo dois aspectos básicos da proposta conservadora: sua política de estabilização baseada no controle da oferta monetária e seu combate a políticas negociadas de rendas ou de contratos sociais. Apoiados em ampla campanha de imprensa, os liberais - antigos ou recém-convertidos - afastam quaisquer propostas que visem a reestruturação da oferta ou a promoção de mudanças no perfil da demanda. Pregam, simplesmente, a sobrevivência dos mais fortes. O peso do 'ajuste' monetarista é totalmente descarregado sobre os setores mais desprotegidos e desfavorecidos da população.

Esse projeto se complementa com a proposta de privatização das estatais, cortes nos gastos sociais, demissões de funcionários públicos e enfraquecimento geral do Estado. Pretende-se dessa forma acelerar a transferência de rendas e de patrimônio público para o setor privado, mesmo que isso implique desnacionalização de setores importantes da economia nacional. Há uma defesa política dessa proposta: democracia e participação do Estado na economia seriam lados opostos de uma gangorra.

Em nome da liberdade e da eficiência, privatizar tornou-se palavra da moda. Cinismo: liberdade para o dinheiro não quer dizer liberdade para as pessoas. Cinismo: que dizer da eficiência de um sistema econômico que, em meio a tanta pobreza, mantém cronicamente subutilizados os principais fatores de produção, como trabalhadores (desempregados), terras (ociosas) e máquinas (paradas)?

No Chile de Pinochet, sob a bandeira da desestatização, destruíram-se instituições criadas na época do democrata-cristão Eduardo Frei. Na Argentina das juntas militares, chegou-se à caricatura nas famosas palavras de um ministro da Economia: "queremos uma sociedade livre, de livre iniciativa (...) Se dessa liberdade resultar

que a Argentina produza aço, tudo bem. Se resultar que produza caramelos, tudo bem. Aço ou caramelos são escolhas da economia, e nós respeitamos a liberdade do mercado." Para defender essa liberdade, dezenas de milhares de argentinos foram trucidados. Mas isso é outra história. Cabe ressaltar aqui que, como resultado dessa orientação, a siderurgia Argentina tornou-se irrecuperável e o país regrediu, independente dos níveis alcançados pela produção de caramelos.

Bastam esses dois exemplos para dissociar as idéias de privatização e aumento da liberdade. Quanto à 'ineficiência' estrutural da intervenção econômica do Estado, basta lembrar que Volta Redonda não existiria sem essa intervenção, pois excedia em muito o mercado brasileiro dos anos 40; que a indústria automobilística não teria sido criada sem forte impulso do poder público; que a base energética e a estrutura de insumos do país foi toda ela modificada a partir de planejamento estatal. Em todos esses casos, houve a produção de verdadeiras mutações na economia, não pela ação do mercado - incapaz de antevê-las, realizá-las ou mesmo enxergá-las em tempo real - mas por decisões políticas de diferentes governos. Graças, em grande parte, a tais decisões, tivemos durante várias décadas uma economia dinâmica, capaz de duplicar seu produto em cada período de dez anos.

Como imposição da própria modernidade, é preciso conferir maior flexibilidade a um debate que vem sendo travado em termos puramente ideológicos. Diferentes dosagens de mercado e plano são buscadas nas principais economias do mundo.

Nos países socialistas, discute-se um novo espaço para o mercado em certos segmentos e se busca reformular os mecanismos de gestão, para combater o predomínio dos métodos administrativos, garantir maior descentralização, aumentar a responsabilidade local e desenvolver a democracia. Nos países capitalistas, desde a década de 1930 se reconhece como necessária a dimensão do planejamento nas políticas econômicas e sociais. Há muito se percebeu – na Alemanha, no Japão, na Itália e onde quer que se vá - que o mercado é míope em relação ao futuro e, portanto, incapaz de impulsionar sozinho o processo de acumulação nos países que se atrasaram no cenário internacional. Percebeu-se também que o mercado não é capaz de evitar problemas essenciais, como as crises periódicas, o desenvolvimento desigual de países e regiões e a concentração, em mãos de minorias, dos benefícios decorrentes do crescimento econômico.

Seja para acelerar a acumulação, seja para compensar algumas seqüelas sociais do capitalismo, a presença do Estado cresceu em todas as economias contemporâneas. Nosso país não ficou à margem desse processo. Quem conhece nossa história recente sabe que o setor público produtivo atendeu necessidades estratégicas da economia nacional. Se tomarmos como referência o período que se abre depois da Segunda Guerra Mundial, veremos que o progressivo aumento dos investimentos públicos, especialmente das estatais, representou o maior fator isolado na sustentação da taxa histórica de 7% de crescimento anual do Brasil.

Fique, no entanto, claro: não vamos perder um só minuto do nosso tempo para defender o Estado que aí está. Não foi o povo que o montou e não é o povo que o controla. Centralizado, corrompido, ineficiente e inchado, ele resulta de várias décadas em que o poder tem sido exercido por uma aliança em que se misturam elites industriais e financeiras, ávidas de lucros fáceis, com elites agrárias, anti-

reformistas até a medula. E o Estado que os poderosos - os privatistas - montaram, à sua própria imagem e semelhança. 'Vossa intenção é reestruturá-lo, em cinco direções principais: democratização e transparência, eficiência administrativa, fim do predomínio dos grandes grupos econômicos, implantação da reforma fiscal e saneamento das estatais.

ESTATAIS, USOS E ABUSOS

Como explicar a crise atual, em que o Estado passou de solução a problema? Vamos, diretamente, à questão central. Vimos, neste fascículo, como, na aguda crise dos anos 80, os interesses dos bancos estrangeiros foram cuidadosamente preservados por sucessivos governos: o pagamento dos serviços da dívida externa, mesmo em níveis injustos e insuportáveis, está aí para o demonstrar. Vimos como, na mesma crise, os interesses dos capitalistas brasileiros também foram preservados: a estatização da dívida e as demais formas de transferência de renda para o setor privado estão aí para, igualmente, o demonstrar.

Se alguém precisava falir ou ter prejuízo, que fossem as empresas públicas. Este foi o pacto. Não há dificuldade em demonstrar que o ajuste da economia brasileira às dificuldades decorrentes do endividamento externo foi repassado de diversas maneiras para o setor público. Ou seja, para todos nós.

Primeiro: mantiveram-se artificialmente baixas as tarifas dos bens e serviços produzidos pelas estatais, reduzindo a capacidade de autofinanciamento dessas empresas, tendo em vista subsidiar o setor privado e sustentar a política antiinflacionária (figura 10).

Segundo: as estatais foram crescentemente cerceadas no acesso a fontes internas de financiamento (crédito, mercado primário de ações etc).

Terceiro: em cada crise no balanço de pagamentos houve decisão governamental no sentido de que as estatais se endividassem no exterior, para trazer dólares e equilibrar momentaneamente as contas nacionais, sem que isso tivesse vinculação com as necessidades de cada empresa ou obedecesse a decisões de natureza gerencial.

Quarto: por meio de diversos mecanismos, o risco cambial de boa parte da dívida externa contraída pelo setor privado passou a pesar sobre o Estado.

Setores	Defasagem acumulada (%) 1980 a 1986
Energia elétrica	15,6
Aços planos	39,6
Transporte Ferroviário de Carga	38,9
Telecomunicações	64,7
Derivados de petróleo	52,4
Serviços portuários	20,9
Minério de ferro	26,6

fig. 10. A tabela mostra que a defasagem acumulada nos preços setoriais das empresas estatais varia entre 15,6% e 64,7% nos primeiros anos desta década. Dessa forma, houve (e continua havendo) imenso repasse informal de recursos públicos para o setor privado, que opera com os produtos e serviços fornecidos pelas estatais. A capacidade de autofinanciamento destas empresas foi virtualmente destruída, tornando-as dependentes do orçamento fiscal do governo. Nos últimos dez

anos, estima-se em 17 bilhões de dólares a perda apenas no setor siderúrgico estatal, por causa da defasagem em seus preços. Além disso, o controle seletivo de preços do setor público especialmente os da energia elétrica, dos derivados do petróleo e dos produtos siderúrgicos -distorce os preços relativos e dá falsas informações ao mercado, induzindo a tomada de decisões equivocadas em vários setores da economia.

Fonte: Sest/Seplan, *Perfil das empresas estatais*, 1987.

Quinto: o governo tornou-se um hospital de empresas privadas falidas, gastando muito para recupera-las ou para assumir seus prejuízos, como ocorreu diversas vezes inclusive no mercado financeiro. Quem não se lembra dos sucessivos escândalos, resolvidos com o uso do dinheiro público, envolvendo a Delfim, o SulBrasileiro e dezenas de instituições financeiras?

Sexto: manteve-se um sistema irracional de subsídios e se aceitou sensível diminuição da carga tributária, impedindo o Estado de adaptar-se aos encargos decorrentes da nova situação.

Conclusão: como mostra a figura 11, a participação do setor *público* na renda nacional foi comprimida, para que se protegesse o capital privado e se garantissem recursos destinados ao pagamento dos encargos da dívida externa.

As estatais foram usadas como instrumento de uma política econômica antinacional e antipopular, eis a questão. Apesar dos erros e abusos que possam ter existido, não se sustenta nos fatos a suposição de que o aumento dos gastos de consumo tenha sido responsável por diminuir e desarticular a capacidade de geração de poupança dessas empresas (e mesmo do governo como um todo). Como regra, as dificuldades não surgiram no espaço propriamente fiscal das empresas. Surgiram e se avolumaram a partir de empréstimos em dólar, vinculados ao esforço governamental de manter atualizados os pagamentos da dívida externa. Com a interrupção da entrada de recursos do exterior, os encargos de natureza financeira assumiram, de longe, o maior peso negativo, sendo responsáveis diretos por um quadro de dificuldades crescentes (figura 12).

Ainda na década de 1970, mais de 1/3 de toda a nossa poupança interna era realizada pelo próprio governo. Isso mostra como é perigoso, para o nosso futuro, o processo de deliberado cerco das estatais. Sob o anteparo de uma grande mistificação, cria-se o cenário para uma crescente interferência internacional em nossa economia, externamente endividada e internamente debilitada. Além disso, são evidentes os interesses escusos dos que pretendem comprar patrimônio público a preço baixo.

Ano	Renda líquida enviada ao exterior	Renda disponível Setor público	Renda disponível Setor privado
1971	0,94	16,81	82,25
1973	0,92	16,84	82,24
1975	1,39	14,43	84,18
1977	1,62	13,38	85,01
1979	2,58	11,57	85,85
1981	3,96	9,97	86,07
1983	5,69	8,67	85,64

Fig. 11. Distribuição do produto Interno bruto brasileiro (séries como Proporção do PIB). Note-se como, em 13 anos, a renda líquida enviada ao exterior se multiplica por seis e a do setor privado experimenta pequeno aumento, recaíndo sobre o setor público o ônus do ajustamento à crise.

Fonte: Contas Nacionais, citadas por Rogério Werneck em Poupança estatal, dívida externa e crise financeira do setor público.

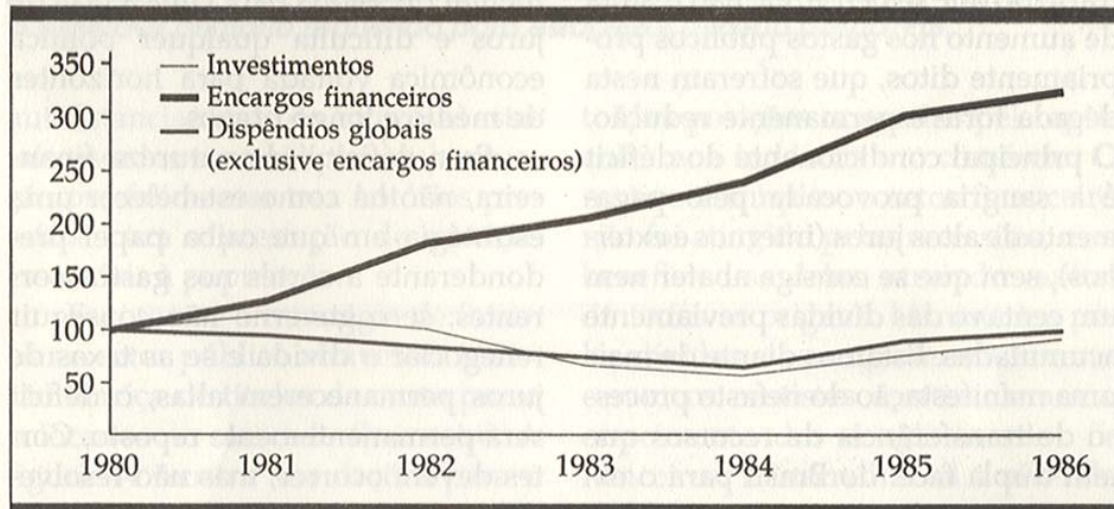


Fig. 12. Note-se como são os encargos financeiros - e não os investimentos, os gastos com pessoal ou outros dispêndios - os responsáveis pelo aumento das despesas globais das empresas estatais. Sem eles, a média de gastos dos anos 1980-1986 ficaria abaixo do nível que existia no início da década.

Fonte: Sest-Seplan, citada por José Carlos Braga e Maria Lúcia Lima em *Empresas Estatais, déficit público e reordenamento financeiro*.

É certo: há exageros na máquina do governo, que precisa ser profundamente reformada. Defendemos que o Estado se livre, por exemplo, das empresas que não prestam serviços públicos essenciais, não exploram as riquezas do subsolo, nem atuam em setores estratégicos da economia, tendo sido colocadas sob sua guarda apenas porque estavam em dificuldades financeiras. Mesmo assim, não compartilhamos de urna estranha moralidade, - pela qual empresas em déficit são absorvidas pelo poder público e, uma vez recuperadas, são devolvidas ao setor privado. Operações desse tipo - e foram inúmeras na história recente - são predatórias do patrimônio nacional. É preciso que esse processo também seja transparente, possa favorecer a criação de novas formas de gestão e gere recursos para aplicação nas áreas econômicas e sociais mais importantes de atuação do governo.

Governo, trabalhadores e sociedade devem acompanhar o desempenho das estatais e participar das principais decisões, de modo a inibir, pela transparência, qualquer vício ou desvio. Defendemos, portanto, que o saneamento financeiro e administrativo dessas empresas seja feito com democratização de sua gestão. Mas não confundimos as coisas, nem nos rendemos à moda. Afirmamos: o investimento público continuará a desempenhar importante papel na economia brasileira. Por isso,

é preciso recuperar a capacidade de ação estratégica das estatais, cuja imensa propensão a investir sempre foi uma marca registrada. Nenhuma proposta boa poderá basear-se na desativação ou sucateamento dessas empresas. Sem elas, que outra estrutura pode vir a ser o principal ponto de apoio para a abertura de uma nova fase de crescimento econômico?

ALGUMAS PROPOSTAS

- a) Recuperação das funções governamentais de planejamento e orientação da estratégia econômica de longo prazo, mantendo o controle sobre os setores produtivos e financeiros fundamentais. Suspensão e revisão da política de privatização indiscriminada.
- b) Criação de uma *holding* do sistema produtivo estatal, tendo como objetivo imediato o saneamento e a recuperação das empresas que o constituem. Adoção de uma política realista de tarifas para as estatais, com revisão concomitante das diferentes formas de subsídios a empresas privadas grandes e consolidadas.
- c) Democratização da gestão das estatais, garantindo-se a participação dos trabalhadores e da sociedade (usuários) na definição das políticas e no acompanhamento de sua aplicação.

BANCOS E DÉFICIT PÚBLICO

ACABAR A CIRANDA

A queda nas taxas de juros é medida necessária para diminuir a rentabilidade das aplicações financeiras de curto prazo, cujo caráter especulativo é bem conhecido. Dois aspectos sobressaem: a mudança na forma de financiamento do setor público (que não pode depender indefinidamente da rolagem diária de papéis de curtíssimo prazo) e a reforma do sistema financeiro (que deve aumentar a oferta de crédito para o conjunto das atividades produtivas).

Para compensar o seu déficit, o governo aumentou brutalmente a quantidade de seus títulos oferecidos no mercado financeiro. No total, eles somam hoje o equivalente a 25% do PIB, contra cerca de 6% em meados desta década. A percentagem atual não é assustadora em si mesma. Há países desenvolvidos em que a dívida pública representa mais de 100% do PIB e não causa maiores estragos. Aliás, entre eles, alguns apresentam déficits maiores do que o nosso (medidos como percentagem do PIB), mas isso não os impede de crescer, realizar importantes gastos sociais e conviver com taxas de inflação inferiores a 10% ao ano. Isso reforça nossa convicção de que o equilíbrio orçamentário não é um dogma. Um certo nível de déficit público é admissível e, bem administrado, pode exercer um efeito anti-recessivo na economia nacional.

Mas, no Brasil, há duas particularidades. A primeira é a natureza financeira do próprio déficit. Ao contrário do que se pensa, ele não resulta de aumento nos gastos públicos propriamente ditos, que sofreram nesta década forte e permanente redução. O principal condicionante do déficit é a sangria provocada pelo pagamento de altos juros (internos e externos), sem que se consiga abater nem um centavo das dívidas previamente acumuladas. Estamos diante de mais uma manifestação do nefasto processo de transferência de recursos que tem dupla face: do Brasil para o exterior e, aqui dentro, do setor público para o privado. É o processo que aparece retratado na figura 13.

Ano	Dívida externa pública (US\$ bilhões)	Juros sobre dívida ext. publ. (% PIB)	Dívida interna (US\$ bilhões)	Juros sobre dívida interna (% PIB)
1983	61,9	3,7	34,7	3,0
1984	63,1	3,9	42,3	3,3
1985	69,9	4,4	49,0	3,4
1986	81,8	2,9	58,4	2,2
1987	91,9	2,6	60,8	2,1
1988	81,3	2,8	67,7	2,9

Fig. 13. A tabela mostra, em bilhões de dólares e em percentagens do PIB, as quantias desembolsadas pelo setor público apenas para saldar juros das suas dívidas externa e interna. Em dezembro de 1988, a dívida líquida do setor público (incluindo administração direta, Banco Central, autarquias e estatais) chegou a 149 bilhões de dólares, sendo 55% correspondentes à dívida externa e 45% à interna.

Fonte: Departamento Econômico do Banco Central, Encargos financeiros do setor público (estimativas), mimeo, junho de 1989.

A segunda particularidade é que a nossa dívida interna está toda concentrada em papéis de curto prazo, que ficam girando em operações de um só dia (*overnight*). Em tese, os investidores privados podem cobrar a dívida de uma hora para outra, situação que seria extremamente grave. A troca repentina e maciça da procura de títulos públicos pelo dólar precipitaria o país na hiperinflação. Este perfil do endividamento governamental pressiona para cima a taxa de juros e dificulta qualquer política econômica voltada para horizontes de médio e longo prazos.

Se o déficit é de natureza financeira, não há como estabelecer uma estratégia em que caiba papel predonderante a cortes nos gastos correntes: se o governo não conseguir renegociar a dívida e se as taxas de juros permanecerem altas, o déficit será permanentemente reposto. Cortes devem ocorrer, mas não resolverão o problema. Ademais, se não forem criteriosos, podem ser injustos e irracionais, provocando recessões que fazem cair a própria arrecadação. O efeito negativo de um enxugamento excessivo e estúpido se manifesta inclusive a longo prazo: como vimos, a abertura de uma nova fase de crescimento depende fortemente de investimentos governamentais.

É essencial redefinir as condições de pagamento da dívida interna, conseguindo-se que os prazos de resgate dos papéis sejam alargados e que os recursos empatados na ciranda financeira sejam redirecionados. Caberá ao novo governo atrair esses

recursos para aumentar a capacidade produtiva de empresas públicas e privadas, no contexto de um pacote negociado de investimentos estratégicos. Além disso, é preciso consolidar a dívida existente dentro do setor público, recompondo assim, pela menos parcialmente, a capacidade de autofinanciamento de empresas estatais, estados e municípios, cuja situação pré-falimentar traz notórios prejuízos para a prestação de serviços essenciais à população.

Discriminação	1989	1990	1991	1992	1993
Dívida pública/PIB	56,72	60,92	65,51	70,50	75,95
Dívida pública/Receita fiscal	253,21	271,98	292,44	314,74	339,05
Juros/PIB	4,76	5,10	5,48	5,90	6,35
Juros/Receita fiscal	21,24	22,79	24,48	26,32	28,33
Déficit operacional/PIB	5,36	5,70	6,08	6,50	6,95
Superávit primário requerido/PIB	3,26	3,60	3,98	4,40	4,85

Fig. 14. Dívida pública, déficit operacional e superávit primário requerido para o período 1989-1993, em percentagens. A simulação se baseou nas seguintes hipóteses: déficit primário de 0,6% do PIB; taxa anual de juros de 9%; taxa anual de crescimento do PIB nula; receita de seignorage de 1,5% do PIB; carga tributária bruta de 22,4%; igualdade entre taxa de variação do deflator Implícito do PIB, desvalorização cambial e correrão monetária. Note-se que, nesse cenário, a dívida pública atinge em 1993 quase 76% do PIB e 340% da receita fiscal, enquanto o pagamento de juros chega a 6,35% do PIB. Nas duas primeiras linhas considera-se a dívida pública do final do ano dividida, respectivamente, pelo PIB e pela receita fiscal do ano. Na última linha, aparece o superávit primário requerido para estabilizar a razão dívida/PIB.

Esgotou-se a estratégia de financiar o setor público através da emissão maciça de títulos de curto prazo colocados no mercado financeiro. A figura 14 mostra simulações para o período do próximo governo, caso se repitam tendências que estiveram presentes nos anos 80. É preciso evitar que uma proporção crescente dos impostos cobrados a toda a sociedade continue destinada a pagar juros absurdos aos credores da dívida. Mas também se deve evitar uma brusca desestruturação da economia, com a abertura de uma corrida desenfreada ao dólar. Não defendemos a moratória da dívida interna, sua desvalorização compulsória ou seu congelamento. Em um contexto que combine negociação política e reforma financeira, é possível conseguir mudanças sem fazer aventuras.

Além da suspensão dos pagamentos externos, a reforma do setor financeiro é absolutamente necessária para sustentar uma renegociação vitoriosa da dívida interna. Nos anos 80, verificou-se um exagerado crescimento da intermediação financeira na economia nacional, em detrimento das posições ocupadas pela agricultura, a indústria e o comércio. O motivo é simples: o setor financeiro não foi atingido pelas recessões, mas beneficiou-se delas, atraindo capital de todas as origens. Manietados pelas dívidas, nossos governos favoreceram os rentistas e estimularam o crescimento dos conglomerados financeiros. É inacreditável o nível de concentração neste setor: quatro ou cinco grandes bancos privados controlam a imensa maioria das transações. A estrutura dos bancos regionais e de investimento foi destruída, em benefício da especulação.

Os bancos privados brasileiros não financiam a produção e não emprestam para quem precisa. Apesar disso acumulam, ano após ano, lucros descabidos. São os principais beneficiários do crescimento da dívida pública e da inflação. Exploram um serviço essencial a toda a economia - o crédito -, mas tornaram-se agentes de um sistema largamente parasitário. Aumentaremos o controle sobre os bancos através de mecanismos legais de fiscalização exercidos pelo Banco Central, recorrendo a várias formas de intervenção, inclusive estatizações, se medidas deste tipo forem necessárias. Ao mesmo tempo, estimularemos a desconcentração bancária e ampliaremos o poder de ação dos bancos estatais, especialmente do Banco do Brasil. Neste aspecto, as metas principais serão a redução das taxas de juros e a colocação do sistema a serviço do financiamento das atividades produtivas.

O SISTEMA DE IMPOSTOS

Recuperar a carga tributária é outro aspecto essencial no combate ao desequilíbrio financeiro do setor público. A arrecadação federal será, em 1989, em termos reais, 7% menor do que a de 1979. É uma constatação dramática: nesse período, a população cresceu 24% e o PIB cresceu 28%. Os trabalhadores deram a sua parte: sempre em termos reais, os impostos retidos sobre os salários aumentaram 9%. Mas, no mesmo período, os impostos sobre ganhos de capital (lucros, operações no mercado financeiro etc) caíram 20%, seja por causa das isenções, seja pela sonegação pura e simples.

A maior parte dos rendimentos do capital não é tributável e, oficialmente, existem 179 diferentes tipos de incentivos fiscais. A revisão desse sistema trará grande alívio ao Estado, que em 1988 abriu mão do equivalente a 4,2% do PIB oferecendo esses benefícios. A carga tributária brasileira, que sempre penalizou o trabalho e não a riqueza, tornou-se ainda mais desigual. E continuará assim enquanto os impostos diretos (que incidem sobre a renda e a propriedade) tiverem papel secundário. A maioria dos nossos impostos é indireta: incide sobre transações e é repassada pelas empresas aos consumidores, que arcam com 87% dos tributos e contribuições federais. Ora, ao contrário dos ricos, os pobres gastam toda a sua renda em consumo; tornam-se por isso, proporcionalmente, os maiores pagadores de impostos do país.

Tem sido imensa a queda da carga tributária que fica em poder da União depois de se descontar as transferências do governo ao setor privado (seja sob a forma de incentivos, pagamentos de juros etc) e aos trabalhadores (Previdência Social, FGTS etc). Do início da década de 1970 até hoje, a carga líquida caiu de 16% para 6% do PIB. Note-se bem: embora nesses anos tenha havido grande crescimento no número de beneficiários da Previdência e dos outros fundos assistenciais, as transferências aos trabalhadores mantêm-se estáveis em torno de 7 a 8% do PIB. A carga tributária líquida à disposição da União tem sido corroída pelos juros da dívida interna, cujos níveis dificultam fortemente a formação de poupança estatal.

Só a instauração de uma nova dinâmica econômica pode reconstituir as bases de uma arrecadação sustentada. Medidas fiscais restritivas servem como um importante complemento dentro de um programa de reformas, mas não podem ser transformadas em elemento privilegiado para a recomposição das finanças públicas.

A economia brasileira, tal como existe hoje, gera produção, renda e poupança - mas está submetida a um tremendo sangramento, representado pela dívida externa, e a uma imensa deformação, dado o caráter especulativo das aplicações de capital.

É indispensável recompor a carga tributária, de forma seletiva e justa, explorando as potencialidades permitidas pela nova Constituição, planejando uma redistribuição de seu impacto sobre os diversos setores sociais e identificando onde estão os espaços em que a tributação pode ser aumentada. E mais: é preciso declarar guerra à sonegação, estimada em 50% da arrecadação potencial, ou seja, 5,4% do PIB. Nos últimos cinco anos, apenas 8,5% dos lançamentos feitos pela fiscalização foram efetivamente pagos pelos devedores, que se prevalecem da falta de meios adequados de cobrança. Algumas medidas poderão ser adotadas pelo próprio Poder Executivo, enquanto outras dependem de iniciativas legislativas e só poderão implantar-se a médio prazo, depois de um entendimento com o Congresso Nacional.

ALGUMAS PROPOSTAS

a) Alongamento do perfil da dívida interna através de medidas como a colocação compulsória de títulos de longo prazo junto a bancos comerciais e instituições de crédito. Realização de negociações para definir um pacote de investimentos estratégicos capaz de carrear recursos hoje estacionados nos títulos da dívida pública. Recomposição da capacidade de financiamento das estatais, dos estados e dos municípios.

b) Reforma do sistema bancário, de modo a estimular a sua desconcentração e o reforço do financiamento a investimentos produtivos. Combate aos usos da inflação como fonte de lucros. Fortalecimento do Banco do Brasil, do BNDES e da Caixa Econômica e recuperação do papel fiscalizador e disciplinador do Banco Central.

c) Proposição de uma reforma do sistema tributário que contemple um aumento de impostos diretos sobre as diversas formas de riqueza, com alívio da carga sobre os rendimentos do trabalho e sobre micro, pequenas e médias empresas.

d) Adoção de um programa de emergência contra a sonegação e a evasão tributária, combinando medidas administrativas e legais.

Como se vê, nossa proposta procura combinar a suspensão do pagamento da dívida externa (que reduzirá a necessidade de o setor público comprar imensas quantidades de dólares dos exportadores), a abertura de novos espaços para investimentos produtivos (visando deslocar para eles os recursos hoje aplicados em títulos), o aumento da carga tributária líquida (com uma sensível diminuição na necessidade de venda de títulos) e a reforma financeira (com o combate ao caráter parasitário do sistema bancário). Precisaremos enfrentar, no entanto, dificuldades na esfera da infra-estrutura básica. A principal delas, que veremos agora, é o suprimento de energia.

SINAL DE ALERTA

Um novo modelo de desenvolvimento, auto-sustentado, democrático e harmônico, sensível à defesa das comunidades, à preservação do ambiente e à qualidade geral da vida, exige uma reflexão detalhada sobre as formas de geração, distribuição e consumo de energia, um dos principais problemas deste fim de século. Também aqui, a democratização das relações entre o Estado e a sociedade, com a adoção de novos processos decisórios, é um aspecto chave da nossa política. É preciso revalorizar o planejamento estratégico no setor energético e, ao mesmo tempo, estimular a participação social e fortalecer a organização federativa do país, garantindo amplo acesso à informação e aumento da margem de autonomia regional, com a União exercendo um papel mediador dos diversos interesses.

A energia é necessária para todas as atividades econômicas e sociais, e energéticos diferentes podem ser usados para o mesmo fim. Por isso, o planejamento do sistema de produção e distribuição deve estar entrosado com as políticas gerais de governo e precisa levar em conta, de forma integrada, a eficiência, os usos e os impactos ambientais de cada fonte. Hoje, no entanto, cada empresa ou setor fornecedor realiza isoladamente o seu planejamento, marcado pela preocupação de manter sua própria participação no mercado. Os resultados desse procedimento são o desperdício de capital, a concorrência predatória e a busca, nem sempre racional, da autonomia nacional no suprimento de cada energético.

No Brasil, a energia tem sido fortemente subsidiada para certos fins, inclusive através de tarifas mantidas artificialmente baixas pelo governo. Mas, como não poderia deixar de ser, o uso dessa energia se dá no contexto do modelo econômico excludente e injusto que temos. Como aparece na figura 15, ele acompanha de perto a concentração de renda: os 50% mais pobres consomem apenas 13% da eletricidade de uso residencial e 26% do gás liquefeito de petróleo (GLP). Os subsídios governamentais aproveitados principalmente pelo capital industrial - atingem a todos, mas acabam beneficiando principalmente os setores de rendas mais altas. Além disso, estimulam o desperdício, numa situação em que é preciso, além de produzir mala, usar melhor. As técnicas ao nosso alcance já permitem que a energia seja utilizada com eficiência muito superior à que se verifica na média do Brasil, que necessita de um programa sério de conservação. A maior economia poderia ser feita na indústria. Mas os ganhos não devem ser subestimados mesmo quando se trata do consumo residencial: um estudo feito em grandes prédios comerciais do Rio de Janeiro mostrou a possibilidade de economizar-se 30% da energia consumida, sem necessidade de investimentos significativos.

Renda familiar (em salários mínimos)	Consumo de eletricidade (kwh/mês)		Consumo de GLP (kg/trimestre)	
	Urbano	Rural	Urbano	Rural
<1	56,7	51,5	28,8	23,8
1 a 2	70,1	57,0	33,7	25,6
2 a 5	102,5	82,1	38,1	29,9
5 a 10	144,2	120,0	42,3	33,5
10 a 20	192,4	169,5	45,9	38,9
>20	307,6	265,3	55,2	43,2

Fig. 15. As famílias urbanas com renda acima de 20 salários mínimos consomem cerca de seis vezes mais energia elétrica residencial do que as famílias de mais baixa renda. É mais um reflexo do modelo econômico excludente e concentrador.

Fonte: PNAD – IBGE

CONSUMO E CRISE

Do ponto de vista setorial, o maior consumo de energia se dá na indústria (41,5% em 1987), que também é líder no consumo isolado de eletricidade (56,5%), exatamente o setor cuja situação é mais crítica. As instalações do sistema elétrico estão em estado precário. É necessária uma reavaliação do Plano 2010, da Eletrobrás, à luz das tendências atuais. Ele aponta uma necessidade de gastos da ordem de cinco bilhões de dólares por ano no setor, que se ressentiu fortemente dos investimentos equivocados -como os do Programa Nuclear -, que atrasaram outras obras de transmissão e geração hidrelétrica, cujo período de amadurecimento é demorado. Além desse fator, a história dessa crise se parece com a de todo o aparato produtivo estatal: tarifas sistematicamente comprimidas e endividamento forçado pelo governo, interessado em obter dólares para fechar o balanço de pagamentos.

	Avaliação do governo na época do acordo nuclear	Avaliação atual com base em dados do governo
Previsão da potência elétrica instalada no ano 2000	175 milhões kw	115 milhões kw
Potencial hidrelétrico brasileiro	118 milhões kw	213 milhões kw
Potencial do carvão nacional para termoeletricas	Pouco importante	Pelo menos 60 milhões kw
Custo de investimento dos reatores nucleares	400 US\$/kw	3.000 US\$/kw
Transmissão de energia elétrica a longa distância	Inviável	Viável
Enriquecimento do urânio no Brasil com a tecnologia alemã de jato centrífugo	Viável	Ainda não comprovado
Número de reatores KWU e sua potência no ano 1990	8 reatores 10 milhões kw	1 reator 1,3 milhão kw
Número de reatores KWU e sua potência no ano 2000	58 reatores 75 milhões kw	?

Fig. 16. Principais erros de avaliação que estiveram na origem do Programa Nuclear brasileiro, que gastou até hoje sete bilhões de dólares.

Fonte: Luiz Finguelli Rosa, A política nuclear e o caminho das armas atômicas, da série *Os Anos de Autoritarismo*.

Depois da indústria é o setor de transportes o maior consumidor de energia (21,7%), dependendo basicamente de derivados do petróleo e de álcool. Aqui, a maior irracionalidade é a preponderância do transporte individual, altamente ineficiente em termos de energia por passageiro/quilômetro. A frota nacional de automóveis de passeio consome 3,5 vezes mais energia do que todo o transporte coletivo e de massas. Com uma ocupação média de 1,2 passageiro nas grandes cidades, o automóvel arrasta consigo uma tonelada de aço e outros materiais cuja produção é intensiva em energia, ocupa uma área média de seis metros quadrados e exige investimentos permanentes na construção e manutenção de vias, túneis e elevados. Para sustentar esse modelo, na década de 1970 foi implantado o Proálcool, que exigiu mais de seis bilhões de dólares. O êxito técnico do projeto criou vários problemas correlatos (maior concentração da produção em grandes unidades, agressão ao ambiente pela descarga de vinhoto, concorrência por recursos com a produção de alimentos etc) e não resolveu o principal problema na área dos derivados do petróleo: o diesel. Substituindo apenas a gasolina, o álcool não assumiu papel estratégico relevante em caso de nova crise do petróleo. Seu preço de custo é superior ao da gasolina. O programa exigiu pesados subsídios, que levaram ao acúmulo de mais de dois bilhões de dólares em dívidas dos usineiros com o Estado. Não é difícil constatar que nem um centavo desse dinheiro público foi aplicado na melhoria das condições de trabalho dos bóias-frias, que permanecem com remuneração muito baixa e sem direitos trabalhistas elementares.

Hoje, o Proálcool retrata a absoluta inconsistência da política governamental para o setor: a capacidade de produção está estagnada, mas permanecia (pelo menos até setembro último) o estímulo à ampliação e renovação da frota de automóveis com veículos movidos a álcool (que chegaram a representar cerca de 90% dos carros novos comercializados). O risco de desabastecimento é grave e de curto prazo, pois a quebra da safra nordestina ocorreu em paralelo a uma recuperação dos preços do açúcar no mercado internacional. Depois de subsidiar os usineiros, o governo não conseguiu conter o desvio da cana para a produção de açúcar, com enormes prejuízos para o país (redução do nível de mistura de álcool na gasolina, transporte de álcool de São Paulo para o Nordeste), o que atesta a permanência da regra de ouro do capitalismo brasileiro: socializar custos e eventuais prejuízos, mas privatizar todos os lucros. A política paternalista em relação aos usineiros dificulta a adoção e difusão de tecnologias mais eficientes, que poderiam melhorar o desempenho econômico do programa.

Apesar da substituição parcial da gasolina pelo álcool, manteve-se a necessidade de produzir em grande escala outros derivados de petróleo, como o diesel e o óleo combustível. Alterou-se por isso a estrutura de refino, mas o desequilíbrio foi inevitável: para dar conta da produção de diesel, sobra gasolina e óleo combustível e falta GLP. Será necessário adaptar a estrutura de refino ao perfil da demanda, o que exige recursos. Outro grande investimento a ser revisto – da ordem de 43,8 bilhões de dólares até 1997 – é o que se destina a atingir a auto-suficiência de petróleo. Pelo

seu alto custo, é uma meta que precisa ser harmonizada com outras dimensões do desenvolvimento econômico e social. Além disso, deve ser perseguida de forma inteligente, com a criação de tecnologia nacional para a produção de petróleo em águas profundas, compatibilizando-se o ritmo de aumento da produção com a capacidade de investimento do país e a situação do preço internacional.

Resíduos urbanos	747 MW
Bagaço de cana	2.169 MW
Hidrelétrica de menos de 30 MW	7.100 MW
Total	10.016 MW

Fig. 17. Potências instaladas para geração elétrica que podem ser conseguidas com a exploração de fontes alternativas. Para efeito de comparação, note-se que a usina nuclear de Angra 111 é planejada para uma capacidade de 1.300 mega-watts (MW) e a usina hidrelétrica de Belo Monte (Cararaõ), 6.300 MW. Portanto, o adiamento desses projetos, para que possam ser submetidos a reavaliação, poderia ser mais do que compensado pelo investimento em fontes alternativas.

Fonte: Dados do Plano 2010 da Eletrobrás.

Passemos ao Programa Nuclear. Seus resultados foram desastrosos para todo o setor energético: a eletricidade produzida em Angra I é excessivamente cara e não estão convenientemente equacionados os riscos de acidentes com materiais radioativos ao longo de todo o ciclo do combustível. O armazenamento dos rejeitos de alta radioatividade não foi solucionado até hoje. A situação institucional brasileira é precária demais para garantir máxima segurança, inclusive por causa da excessiva centralização.

Como mostra a figura 16, o programa nuclear foi técnica e economicamente equivocado desde as origens. Do ambicioso acordo assinado em 1975 com a Alemanha (que previa a construção de oito reatores e de uma grande indústria capacitada a dominar o ciclo do combustível) nada resultou de concreto, seja em termos de geração elétrica, seja em transferência de tecnologia, seja em urânio enriquecido. Depois de gastarmos sete bilhões de dólares, há apenas Angra II semiconstruída (com a obra quase paralisada) e Angra III em projeto (embora com os equipamentos fabricados). Angra I, construída antes do acordo, até hoje apresenta problemas. Enquanto isso, o programa nuclear paralelo, de caráter militar, prioriza o desenvolvimento de um submarino de propulsão atômica, gerando apreensão quanto a eventuais aplicações dessa tecnologia para fins não pacíficos e fora do controle do poder civil, o que poderá levar à construção da bomba atômica, de todo indesejável.

Não se observa um esforço consistente do governo brasileiro para valorizar a utilização do gás natural, cujo potencial é grande, e de fontes alternativas de energia (bagaço de cana, hidrelétricas de pequeno porte, carvão vegetal oriundo de reflorestamento e outras). Ao contrário: legislação, política de preços e outros entraves conspiram para retardar uma importante contribuição ao balanço energético nacional a partir de tecnologias que facilitam a descentralização decisória e operacional (figura 17).

ALGUMAS MEDIDAS

A busca de um novo formato institucional para o setor deve ter como referência básica a valorização do planejamento integrado e a democratização das decisões. Além disso, a produção e o uso de energia não podem agredir de forma irracional o ambiente e as comunidades atingidas pelos grandes projetos, cabendo em cada caso cuidadosa avaliação, aberta à participação da sociedade. Comprometidas com a construção do novo modelo de crescimento, as empresas públicas produtoras de energia devem ter condições de gerar e captar recursos para os grandes investimentos necessários. Além disso, devem ser irradiadoras de políticas que visem ao uso racional e a conservação. A política nuclear deve ser transparente e submetida a estrito controle do poder civil. Por tudo isso, pretendemos:

a) Rever o plano de auto-suficiência na produção de petróleo, harmonizando-o com a evolução das reservas, as tendências internacionais e nossa capacidade de investimento. Investir na tecnologia de produção de petróleo em águas profundas e na estrutura de refino, inclusive para reduzir a poluição ambiental.

b) Rever todo o sistema de subsídios ao Proálcool, incluindo nessa atividade a busca de melhorias tecnológicas e a implantação de novas relações de trabalho. Regulamentar a expansão da frota de veículos a álcool, gasolina e diesel.

Estimular o uso do gás natural como combustível, priorizando os transportes coletivos. Impor rígidas normas de controle da poluição derivada da queima desses produtos.

c) Instituir um novo sistema de financiamento para o setor elétrico, buscando a consolidação e o aumento da eficiência das empresas públicas. Adotar tarifas reais e renegociar os termos de contratos especiais de fornecimento de energia, eliminando os subsídios. Rever o Plano 2010 da Eletrobrás dentro de uma concepção de planejamento integrado, subordinado às prioridades do novo modelo econômico. Adiar a decisão sobre as hidrelétricas do Xingu e outros grandes projetos, para submetê-los a amplo debate, que deve incluir a criação de um fórum específico sobre a Amazônia. Estimular a construção de hidrelétricas de porte menor e de reduzido impacto ambiental. Executar criterioso programa de conservação de energia.

d) Cancelar o programa nuclear paralelo e o acordo com a Alemanha, substituindo-os por uma política abertamente discutida, com a participação da sociedade civil, da comunidade científica e do Congresso Nacional. Submeter a controle civil todas as atividades na área nuclear, inclusive o enriquecimento de urânio, hoje feito pela Marinha. Sustar o projeto de submarino nuclear. Suspender a operação de Angra I até a definição de um plano de emergência aceitável para a região, sustar a obra de Angra II e cancelar Angra III.

e) Diversificar as fontes energéticas, estimulando o uso do carvão mineral (com restrições às técnicas poluentes), do bagaço de cana, da lenha de reflorestamento e de outras fontes. Desenvolver tecnologias alternativas, menos agressivas ao ambiente.

f) Executar uma política de integração energética com os países da América Latina.

A CONSTRUÇÃO DE UM NOVO PAÍS

Aplicar o programa de mudanças não será tarefa simples. Os desafios são muitos, nós sabemos. Mas podem ser vencidos com mobilização e participação dos trabalhadores e de todos os segmentos progressistas. Nossa arma: o aprofundamento da democracia, usada de vez em quando, ao longo de nossa história, apenas pelas elites. Não queremos uma democracia apenas formal, que mantenha inalterados os níveis absurdos de concentração da renda e da propriedade, a miséria absoluta, a exclusão social, a falência do ensino público, o crescimento do número de famílias migrantes e a degradação cultural. O Brasil democrático terá que deixar de ser o país dos excluídos.

A Frente Brasil Popular tem condições de levar adiante este projeto porque tem ligações reais com a sociedade. PT, PSB e PCdoB não são partidos de ficção, legendas de aluguel, aglomerados sem forma e sem conteúdo, formados às vésperas de uma eleição. Tampouco somos grupos de políticos tradicionais. Está conosco a grande maioria dos que participam de movimentos sociais organizados, de Norte a Sul do país.

Nós não prometemos mudanças. Nós lutamos por elas há muito tempo e as reafirmamos em cada momento de nossa prática. Não é possível imaginar que se constituam governos renovadores a partir de campanhas conservadoras, baseadas em cabos eleitorais remunerados, financiamentos milionários, conchavos de bastidores e perfumaria populista. Tampouco é possível aceitar velhos projetos personalistas, que se baseiam na demagogia e na manipulação de demandas de massas desorganizadas.

Podemos ganhar porque temos garra e verdade. E poderemos governar, porque seremos firmes mas não faremos do sectarismo, política de governo, estamos elaborando um programa de emergência, a ser implementado logo após a posse de Luiz Inácio Lula da Silva. Seus contornos finais não podem ser definidos agora, pois dependem da evolução da conjuntura nacional. O ritmo de recuperação dos salários de base, as metas imediatas das políticas sociais, as medidas emergenciais contra a inflação, o nível das taxas de juros nas primeiras semanas de governo e outras definições dependem das condições do país no momento da posse.

Todas as medidas, nas mais diversas áreas, precisam ter um elevado grau de entrosamento. Na economia, a elevação dos salários de base e o fortalecimento dos programas sociais, por exemplo, provocarão aumento da demanda por bens de consumo de massa, como alimentos, vestuário, utilidades domésticas e outros. É preciso impedir que essa pressão se traduza em inflação, especulação e desabastecimento. Ao contrário, o 'choque de salários' pode e deve ser absorvido pela economia na forma de um impulso para a elevação da produção e da produtividade.

A suspensão dos pagamentos da dívida externa também necessita de medidas paralelas para sustentar os fluxos comerciais com o exterior. Neste contexto, ela permitirá ampliar a capacidade de importação, com reflexos positivos sobre a oferta interna de bens e, principalmente, sobre o aumento da capacidade produtiva dos setores industriais mais importantes. A situação financeira do setor público será

tremendamente beneficiada por essa medida, complementada por um programa fiscal de emergência e pela negociação da dívida interna, criando, pela primeira vez em muitos anos, uma folga que viabilize a retomada dos investimentos governamentais nas esferas econômica e social. Equacionando-se a dívida interna, pode-se reformar e estabilizar o mercado financeiro, reduzir os juros e direcionar novos recursos, em grande escala, para a atividade produtiva.

A política agrária e agrícola será objeto do próximo fascículo desta pequena série. Fica o registro, no entanto, de que o aumento na produção de alimentos e na renda de pequenos e médios produtores são passos indispensáveis para tornar viável a política de elevação dos salários reais. A exportação de produtos agrícolas permanecerá necessária, porém será aliviada da pressão atual representada pelo pagamento dos juros da dívida externa. Com um horizonte de salários em crescimento, reforma agrária, maior flexibilidade nas contas externas, retomada de investimentos e controle de preços, o governo terá condições de enfatizar a necessidade de modernização tecnológica, de modo a romper com um padrão de comportamento capitalista em que o aumento de preços e o pagamento de salários de fome são a maior garantia dos lucros.

O encadeamento que propomos é tecnicamente rigoroso. Sua aplicação significa mudar o modelo de crescimento da economia brasileira e, por esta via, alterar todo o funcionamento de nossa sociedade. Eis aí a fonte de suas principais dificuldades: muitos interesses poderosos serão prejudicados. Mas eis aí sua força: é um projeto abrangente e mobilizador. Mexer em uma só peça do quebra-cabeça econômico não é possível. Mexer em todas elas, competentemente, com apoio do povo, é o caminho que não foi tentado pelas elites políticas do Brasil, representantes dos interesses patronais. E esse é o nosso caminho. É o caminho do povo, o maior interessado na construção de um novo país.

O PROJETO

- Implantação de um processo de desenvolvimento econômico de longo prazo, tendo como base a expansão de um mercado interno de massas, a diminuição dos desequilíbrios regionais, a preservação do ambiente e a soberania nacional.
- Administração macroeconômica dirigida à desconcentração da renda, ao pleno emprego, ao controle da inflação e à retomada das taxas históricas de crescimento.
- Realização da reforma agrária, modernização das relações sociais e de trabalho no campo, apoio aos pequenos e médios produtores e aumento na produção de alimentos.
- Fim do controle dos grandes grupos privados sobre o Estado, com democratização e modernização de sua estrutura e recuperação de suas funções de planejamento e articulação da política econômica.
- Política industrial voltada para atender o consumo de massas, a modernização do parque produtivo e a absorção de ciência e tecnologia produzidas no Brasil.
- Fim da sangria de recursos para o exterior. Participação nos fluxos internacionais de forma compatível com a independência nacional e o crescimento econômico.

A POLÍTICA ECONÔMICA

Gestão macroeconômica

- Controle da inflação com o uso combinado de políticas de rendas, monetárias e fiscais, visando compatibilizar o controle de preços com as metas de crescimento e desconcentração de renda.
- Suspensão dos acordos com o FMI e do pagamento da dívida externa. Rejeição de políticas recessivas e contrárias à soberania nacional.
- Reforma financeira, com adequação do sistema às exigências do crédito de longo prazo; alongamento do perfil da dívida interna, com a colocação de títulos apenas de médio e longo prazos.

Políticas de suporte à desconcentração da renda

- Elevação do poder de compra dos salários de base, com duplicação do salário mínimo real ao longo do primeiro ano e governo.
- Incentivos à produção de gêneros de primeira necessidade e controle do abastecimento.
- Aumento dos recursos destinados a políticas sociais.
- Apoio a pequenos produtores e a atividades estratégicas para a desconcentração espacial.
- Revisão do sistema tributário, com aumento e impostos sobre ganhos de capital, altas rendas e fortunas.

Investimentos de suporte ao ciclo expansivo de longo prazo

- Definição de um pacote de investimentos estratégicos para a década de 1990.
- Ampliação e modernização da estrutura produtiva com horizonte de longo prazo.
- Investimento em ciência e tecnologia.

Suporte à eficiência estatal

- Reforma da administração direta.
- Democratização da gestão e saneamento das estatais, com adoção de uma política realista de tarifas.
- Recomposição da capacidade de financiamento de estados e municípios.
- Generalização da prática de planejamento, mantendo o controle estatal sobre os setores produtivos e financeiros: fundamentais para sustentar o crescimento a longo prazo.
- Fiscalização rigorosa da arrecadação fiscal e combate à sonegação. Revisão de todo o sistema de incentivos subsídios que signifiquem apropriação privada de recursos públicos.